

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	8
5.3 - Descrição - Controles Internos	11
5.4 - Programa de Integridade	17
5.5 - Alterações significativas	21
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	22

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	23
10.2 - Resultado operacional e financeiro	51
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	54
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	55
10.5 - Políticas contábeis críticas	57
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	61
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	62
10.8 - Plano de Negócios	63
10.9 - Outros fatores com influência relevante	66

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 – Políticas de gerenciamento de riscos e controles internos em relação aos riscos indicados no item 4.1

- a) **Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

A Companhia possui uma política de gerenciamento de riscos ("Política de Gerenciamento de Riscos") que abrange todos os processos, áreas e empregados da Companhia, e contém diretrizes em relação ao processo gerenciamento de riscos, a tipologia dos riscos a que a Companhia está exposta, o processo de comunicação, priorização, tratamento, consulta, monitoramento e análise relativo à gestão dos riscos.

A Política de Gerenciamento de Riscos tem como referência (i) as diretrizes de governança corporativa do estatuto social da Companhia; (ii) as disposições constantes da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada; (iii) o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC (Código Brasileiro de Governança Corporativa); e (iv) o Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3").

A última versão da política foi aprovada em pelo Conselho de Administração da Companhia em 24 de novembro de 2020 e é aplicável a todos os colaboradores da Companhia, bem como de suas controladas, estando compreendidos os membros do Conselho de Administração da Companhia ("Conselho de Administração"), dos comitês relacionados ao Conselho de Administração ("Comitês"), da Diretoria Estatutária da Companhia ("Diretoria"), das áreas de assessoramento da Diretoria e do Conselho Fiscal da Companhia, quando instalado. Referida política encontra-se disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (ri.neogrid.com).

- b) **Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**

A Política de Gerenciamento de Riscos tem por objetivo estabelecer os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento de riscos da Companhia e de suas controladas, de forma a possibilitar a identificação, avaliação e tratamento dos riscos para a perpetuidade dos negócios da Companhia.

(i) Os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia categoriza seus riscos da seguinte maneira:

- **Riscos de Negócio e/ou Estratégicos:** são os riscos associados às decisões estratégicas da administração para atingir os seus objetivos de negócios, na busca de criação, proteção e crescimento sustentável e de valor. São causados por eventos de mudanças no ambiente externo (ambiente político, econômico e social, mercado, competidores, fusões e aquisições, disponibilidade, inovações, tecnologias e portfólio de produtos e/ou serviços), e também pela qualidade na gestão de eventos internos relativos às suas finanças (ambiente econômico, geração de caixa operacional, rentabilidade, endividamento, alavancagem, aplicação e captação de recursos financeiros).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Riscos Financeiros: dividem-se em três segmentos:
 - (i) *Riscos de Mercado*: decorrem da possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços das *commodities*;
 - (ii) *Riscos de Crédito*: são caracterizados pela possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com terceiros e decorrem da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem perdas de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes; e
 - (iii) *Riscos de Liquidez*: consistem na possibilidade de a Companhia não conseguir honrar de forma eficaz suas obrigações, na data do vencimento, ou somente fazê-lo com elevadas perdas.
- Riscos de Conformidade/Compliance: são os riscos de sanções relacionadas ao descumprimento da legislação aplicável, acordos, regulamentos, códigos de conduta e/ou políticas. Incluem os riscos de fraudes em demonstrações financeiras e de desvios de ativos; corrupção e crimes cibernéticos.
- Riscos Operacionais: são aqueles que decorrem da inadequação ou falha na gestão da operação, processos internos e pessoas, sistemas, ativos, infraestrutura e clientes da Companhia, podendo afetar a sua eficiência operacional e sua utilização efetiva e eficiente de recursos. Tais riscos podem estar associados tanto à operação do negócio (*marketing*, vendas, comercial e logística), como à gestão de áreas de suporte ao negócio (administrativo, controladoria, contabilidade, controle, suprimentos, saúde e segurança do trabalho, meio ambiente, tecnologia da informação e relações sindicais).
- Riscos de Segurança da Informação: são aqueles que decorrem de ataques cibernéticos ou violações efetuados por agentes externos (empresas, pessoas que não são funcionários da Companhia) ou internos (pessoas pertencentes à organização), se prevalecendo das vulnerabilidades apresentadas no sistema, ou por uso de engenharia social, que pode resultar em indisponibilidades imprevisíveis.
- Riscos Reputacionais: são aqueles que decorrem de eventos que podem prejudicar a imagem e a reputação da Companhia.

(ii) Os instrumentos utilizados para proteção

A definição dos critérios para gestão de riscos analisa o contexto interno, que envolve a estrutura organizacional, processos, responsabilidades, sistemas de informação internos e relações com as partes interessadas internas, assim como o contexto externo, envolvendo a análise do ambiente cultural, legal, social, político, financeiro, tecnológico e econômico.

A avaliação de riscos é um processo que serve como base e auxilia na tomada de decisão, identificando riscos prioritários, que necessitam de tratamento e gestão.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A Companhia está completamente comprometida com o gerenciamento dos riscos inerentes à sua atividade. A Companhia acredita que o gerenciamento efetivo destes riscos auxilia na preservação e desenvolvimento de seus valores e ativos, além de proteger a sua reputação. Tal gerenciamento é feito por meio de:

- a) identificação dos principais riscos de negócios, tanto internos quanto externos, aos quais a Companhia está exposta;
- b) monitoramento de mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar as atividades da Companhia;
- c) quantificação dos impactos econômicos diretos e indiretos dos itens acima;
- d) avaliação contínua dos riscos identificados, especialmente quanto aos aspectos de probabilidade de ocorrência e impacto financeiro adverso nos negócios, de forma a permitir a priorização e tratamento de tais riscos;
- e) análises dos riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa;
- f) adoção de procedimentos internos de gestão de riscos, com atribuições e funções de competências hierárquicas entre diversas áreas e departamentos da Companhia com o intuito de neutralizar ou mitigar os riscos identificados,
- g) difusão da cultura de gerenciamento de risco e consequente busca pelas melhores práticas de mercado;
- h) Acompanhamento das mudanças legislativas que possam afetar os negócios, e de boas práticas de governança, controles internos, riscos e *compliance*; e
- i) Acompanhamento de novas tecnologias de segurança de informação visando manter o ambiente operacional da Companhia o mais seguro possível.

A abordagem de gerenciamento de riscos considera os seguintes instrumentos:

Questionários de risco: A liderança da Companhia é solicitada a preencher um questionário específico para que indique possíveis riscos aos quais a Companhia está exposta. Os cenários de risco são observados e catalogados;

Ciclos de entrevistas: Os cenários de risco são identificados e discutidos com determinados colaboradores. Os resultados também são documentados como parte da avaliação;

Auditorias de processos: Os processos da Companhia são auditados e avaliados pelo menos uma vez ao ano por um auditor interno independente devidamente registrado na CVM. A Companhia possui uma área de controles internos, *compliance* e risco, assim como está estruturando uma auditoria interna, de modo a atender as exigências do novo mercado, a fim de verificar eventuais riscos aos quais está exposta. Até a criação da Auditoria Interna, a Grant Thornton Auditores Independentes, auditor independente registrado na CVM e contratado pela Companhia em 14 de dezembro de 2020, será responsável por essa função. Durante estes processos, matrizes de riscos são criadas e atualizadas. Tais registros contribuem para a identificação de riscos dentro da Companhia, funcionando como uma fonte de identificação possíveis ameaças/fraquezas. Além disso, anualmente a Companhia recebe a Carta de Controles Internos do auditor independente, onde são indicadas as principais deficiências no ambiente de controles internos da Companhia. A Companhia realiza a avaliação desta carta e busca se adequar a todas as exigências solicitadas pelo auditor externo independente;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A primeira etapa é finalizada com o desenvolvimento de uma matriz de riscos, que é avaliada anualmente pelo Comitê de Auditoria. A matriz pode ser atualizada devido a: (i) novos cenários (interno, político, econômico, entre outros); (ii) resultados de auditorias, entrevistas, questionários, observações e demais atividades; ou (iii) evolução da cultura de integridade e mitigação de riscos

A partir disso, é realizada a análise do grau de cada risco. A metodologia utilizada para realização desta análise considera: impacto/consequência do potencial de perdas financeiras, degradação da imagem, penalidades legais etc. e a probabilidade/vulnerabilidade de ocorrência de risco com base em quão robustos os controles internos relacionados são. O perfil do risco é determinado ao se combinar o impacto/consequência e probabilidade/vulnerabilidade esperadas do risco.

Por fim, a Companhia determina como cada cenário de risco será tratado, considerando: (i) terminar, ou seja, eliminar riscos, redefinir os objetivos e/ou estratégias de negócios; (ii) diversificar, ou seja, intensificar o nível de gestão e/ou melhorar os controles internos; (iii) aceitar, ou seja, não realizar nenhuma ação adicional e continuar o monitorando, especialmente quando não é possível ou prático respondê-lo; ou (iv) transferir, transferindo a responsabilidade para terceiros.

O tratamento dos riscos elencados na matriz de riscos resulta em ações, para assegurar o cumprimento do plano de gerenciamento de riscos da Companhia.

Nos termos da Política de Gerenciamento de Riscos a Companhia contará com uma auditoria interna que atuará de forma independente e objetiva e reportar-se-á ao Conselho de Administração e seus comitês de assessoramento. A auditoria interna terá por responsabilidade verificar a eficácia da gestão de riscos da Companhia, bem como avaliar, ao menos anualmente, a eficácia das políticas e dos sistemas de gerenciamento de riscos e controles internos, assim como prestar contas ao Conselho de Administração. Até a criação da Auditoria Interna, a Grant Thornton Auditores Independentes, auditor independente registrado na CVM e contratado pela Companhia em 14 de dezembro de 2020, será responsável por essa função.

(iii) a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Política de Gerenciamento de Riscos foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de novembro de 2020 e entrou em vigor na referida data. A Companhia estruturou as áreas que serão responsáveis pela execução e acompanhamento da Política de Gerenciamento de Riscos.

Durante o processo de Gerenciamento de Riscos, o Conselho de Administração e os comitês não estatutários (Comitê de Auditoria, Comitê de Ética e Comitê de Segurança da Informação), possuem atribuições distintas e devem atuar de maneira integrada, conforme competências abaixo estabelecidas. Outros comitês de assessoramento estatutários ou não poderão ser criados com o objetivo de contribuir para o monitoramento e eficiência dos mecanismos e procedimentos de Gerenciamento de Riscos.

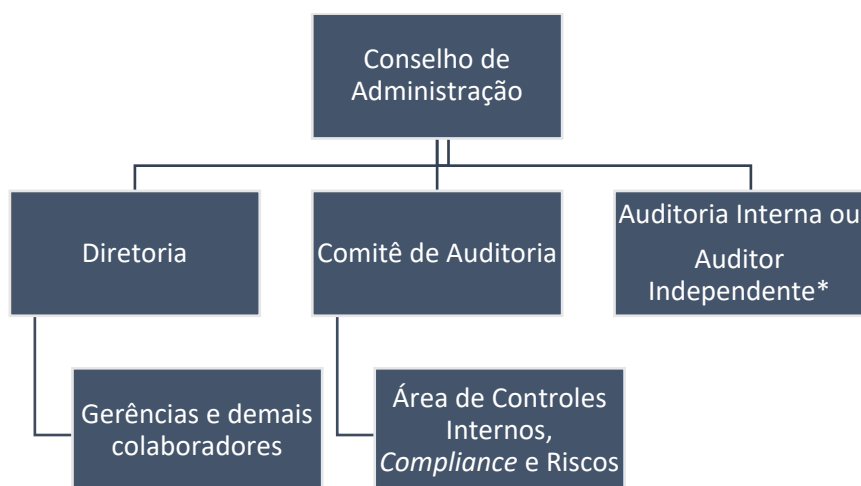
A Companhia estruturou áreas de apoio e assessoramento responsáveis pelo monitoramento e aprimoramento do gerenciamento de riscos, controles internos e governança corporativa da Companhia. O Conselho de Administração, a Diretoria, o Comitê de Auditoria, Área de Controles Internos, *Compliance* e Riscos e demais áreas de assessoramento devem coordenar o processo de gestão de riscos e buscar a identificação, mensuração e monitoramento dos riscos associados, bem como dos riscos que possam impactar significativamente a elaboração das demonstrações financeiras e informações trimestrais da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Linhas de Defesa

- 1ª Linha de Defesa (Atuação na mitigação e identificação de riscos): Diretoria, diretorias não estatutárias, gerências e demais colaboradores da Companhia que atuam no dia a dia da empresa. São responsáveis por mitigar os riscos de acordo com as diretrizes desta Política e reportar informações relevantes relacionadas à gestão dos riscos no dia a dia da Companhia.
- 2ª Linha de Defesa (Análise e Monitoramento de riscos): Área de Controles Internos, *Compliance* e Riscos. Responsável por mapear e monitorar riscos a ela reportados, pela implementação de medidas mitigatórias de riscos bem como pela atualização das políticas da Companhia de forma que nestas estejam contemplados todos os riscos identificados aos quais a Companhia está exposta.
- 3ª Linha de Defesa (Avaliação de todo o Processo): Auditoria Interna. Responsável pela avaliação da eficácia do processo de gerenciamento de riscos adotado pela Companhia, em todas as suas frentes.

Abaixo pode ser encontrado o organograma com as estruturas de reporte relacionadas ao gerenciamento de riscos:



* Até a criação da Auditoria Interna, o auditor independente registrado na CVM, contratado pela Companhia, será responsável por essa função.

Conselho de Administração

Órgão responsável por aprovar a presente Política de Gerenciamento de Riscos e suas revisões futuras, estabelecer diretrizes gerais na gestão de riscos e por auxiliar a Diretoria e demais áreas na implementação de medidas mitigatórias dos riscos aos quais a Companhia está exposta. Adicionalmente, tem por atribuição definir o nível de apetite ao risco da Companhia na condução de seus negócios, bem como, em conjunto com o Comitê de Auditoria monitorar e controlar a qualidade das demonstrações financeiras e das informações trimestrais, dos controles internos e do gerenciamento de riscos e *compliance*.

Diretoria

Órgão responsável por adotar mecanismos para gerenciamento de riscos, seguindo as decisões tomadas nas Reuniões (conforme definido abaixo), utilizando-se de instrumentos de controle por meio de sistemas adequados e profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. Cabe ainda à Diretoria avaliar ao menos anualmente a eficácia das políticas e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (*compliance*) e prestar contas ao Conselho de Administração sobre essa avaliação.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Comitê de Auditoria

Órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração que tem por objetivo (i) fornecer ao Conselho de Administração avaliações independentes, imparciais e tempestivas sobre a qualidade e efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança, da adequação dos controles e do cumprimento das normas e regulamentos associados às operações da Companhia, inclusive o monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras e das informações trimestrais; (ii) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia; e (iii) acompanhar as atividades da Área de Controles Internos, *Compliance* e Riscos e reportar suas atividades ao Conselho de Administração, que avaliará, ao menos anualmente, se a estrutura e orçamento desta é suficiente ao desempenho de suas funções. O coordenador do Comitê de Auditoria será o responsável por avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia relacionados a questões contábeis.

Área de Controles Internos, Compliance e Riscos

Área de assessoramento subordinada ao Comitê de Auditoria. A Área de Controles Internos, *Compliance* e Riscos tem por atribuição auxiliar na implementação de medidas mitigatórias dos riscos aos quais a Companhia está exposta, bem como na análise da conjuntura econômica brasileira e mundial e seus potenciais reflexos na posição financeira da Companhia. Além disso, juntamente com a administração, é responsável por analisar constantemente os riscos aos quais a Companhia está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa, monitorando mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades. Reporta-se diretamente aos membros do Comitê de Auditoria, provendo, sempre que necessário, todas as informações quanto à limitação da exposição da Companhia aos riscos aos quais está submetida. Também é responsável pelo desenvolvimento, teste e implantação dos modelos e metodologias para mensuração e gestão dos riscos, a criação e manutenção de controles internos visando a governança da Companhia. Tem por responsabilidade, (i) a averiguação da implantação e manutenção dos planos de ação associados aos riscos inerentes às atividades da Companhia, bem como a disseminação, treinamento e recomendações da cultura de riscos e *compliance* entre os colaboradores da Companhia; (ii) o desenvolvimento, teste e implantação dos modelos e metodologias para mensuração e gestão dos riscos; (iii) a atualização, sempre que necessária, das políticas internas e do código de conduta da Companhia. Referida Área pode ser composta por consultores, colaboradores e/ou gerentes da Companhia, sendo vedada a acumulação com atividades operacionais.

Auditoria Interna

Atuando de forma independente e objetiva, a área de Auditoria Interna reporta-se ao Conselho de Administração e seus comitês de assessoramento. Tem por responsabilidade verificar a eficácia da gestão de riscos da Companhia, bem como avaliar, ao menos anualmente, a eficácia das políticas e dos sistemas de gerenciamento de riscos e controles internos, assim como prestar contas ao Conselho de Administração. Até a criação da Auditoria Interna, a Grant Thornton Auditores Independentes, o auditor independente registrado na CVM e contratado pela Companhia em 14 de dezembro de 2020, será responsável por essa função.

Gerências e demais colaboradores

Responsáveis por observar integralmente as ações de mitigação de riscos no dia a dia da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**c) A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

A Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos apresenta elevado grau de confiança e se encontra preparada para prevenir e detectar fraudes e erros. Controles internos consistem em um processo desenvolvido para garantir, com razoável certeza, que sejam atingidos os objetivos da Companhia nas seguintes dimensões:

- Eficiência e efetividade operacional;
- Confiança nos registros de dados e informações;
- Conformidade; e
- Abordagem baseada em risco.

A Companhia envida esforços constantes para aprimorar os processos e controles, sempre visando segurança e mitigação de riscos. Os procedimentos de controles internos são ajustados e adaptados à medida que se julgue necessário.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2 – Políticas de gerenciamento de riscos de mercado

a. se a Companhia possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Os riscos de mercado para os quais a Companhia busca proteção são gerenciados internamente pela Tesouraria e Diretoria Financeira da Companhia. Entretanto, não há uma política específica que trata do gerenciamento de riscos de mercado formalizada, uma vez que a Companhia adota práticas que entende suficientes para gerenciamento de seus riscos de mercado. Adicionalmente, a Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Riscos que abrange todos os processos, áreas e empregados da Companhia, e contém diretrizes em relação ao processo gerenciamento de riscos, a tipologia dos riscos a que a Companhia está exposta, o processo de comunicação, priorização, tratamento, consulta, monitoramento e análise relativo à gestão dos riscos.

A última versão da política foi aprovada, pelo Conselho de Administração da Companhia, em 24 de novembro de 2020 e é aplicável a todos os colaboradores da Companhia, bem como de suas controladas, estando compreendidos os membros do Conselho de Administração da Companhia, dos comitês relacionados ao Conselho de Administração ("Comitês"), da Diretoria Estatutária da Companhia ("Diretoria"), das áreas de assessoramento da Diretoria e do Conselho Fiscal da Companhia, quando instalado. Referida política encontra-se disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (www.neogrid.com/ri).

Esta política tem como objetivo estabelecer os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento de riscos da.

Para administrar os impactos nos resultados em cenários adversos, a Companhia dispõe de processos para monitoramento das exposições e parâmetros definidos pela política mencionada.

No processo de gestão de riscos de mercado são feitas a identificação, avaliação, implementação das estratégias e contratação de instrumentos financeiros de proteção aos riscos.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i. riscos de mercado para os quais se busca proteção

A Companhia informa que não possui política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado. Aplicam-se ao gerenciamento de riscos do mercado os mesmos princípios, diretrizes e responsabilidades detalhados para fins de Gerenciamento de Riscos (conforme discutido na seção 4.2 e 5.1 "b" acima).

Os riscos de mercado para os quais a Companhia busca proteção estão relacionados a todo e qualquer evento decorrente de incertezas ao qual a Companhia está exposta e que possa impactar negativamente o alcance dos objetivos e de geração de valor estabelecidos no seu plano estratégico de longo prazo. Dentre tais riscos, estão incluídos os riscos mencionados no item 4.2 deste Formulário de Referência, quais sejam: risco de câmbio, risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional.

Para mais informações sobre riscos de mercado, vide item 4.2 deste Formulário de Referência.

ii. estratégias de proteção patrimonial (*hedge*)

Não aplicável, uma vez que a Companhia não adota estratégia específica de proteção patrimonial (*hedge*). Este risco, caso identificado pela Companhia, deverá seguir os procedimentos descritos na Política de Gerenciamento de Riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**iii. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)**

A Companhia não possui instrumentos específicos para proteção de riscos patrimoniais. Não excluimos a hipótese, no entanto, de utilizar tais instrumentos, caso haja necessidade de minimizar o risco das operações de empréstimos e financiamentos e transações corporativas.

iv. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Para cada exposição da Companhia há uma metodologia para a definição dos parâmetros de proteção. Uma vez que a Companhia não possui política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, aplicam-se ao gerenciamento de tais riscos os mesmos princípios, diretrizes e responsabilidades detalhados na Política de Gerenciamento de Riscos, e a definição destas práticas é acordada previamente entre as diretorias envolvidas diretamente com a origem e mitigação dos riscos de mercado das exposições. A Companhia estruturou as áreas que serão responsáveis pela execução e acompanhamento da Política de Gerenciamento de Riscos. Os parâmetros de proteção e o gerenciamento dos riscos de mercado se dá pelo monitoramento da exposição dos passivos a moedas estrangeiras, índice de alavancagem, concentração de aplicações por instituição financeira, cronograma de liquidez de aplicações associado às previsões de fluxo de caixa e acompanhamento das perspectivas macroeconômicas como curva futura do dólar, cupom cambial, juros futuros e conjuntura político-econômica. No âmbito do gerenciamento de riscos de mercado, a Companhia ainda não definiu os limites objetivos às variáveis analisadas para gerenciamento de tais riscos.

A Companhia está completamente comprometida com o gerenciamento dos riscos inerentes à sua atividade. A Companhia acredita que o gerenciamento efetivo destes riscos auxilia na preservação e desenvolvimento de seus valores e ativos, além de proteger a sua reputação. Além dos parâmetros indicados no parágrafo anterior, tal gerenciamento, tem por premissa a manutenção dos riscos, por meio da: (i) identificação dos principais riscos de negócios, tanto internos quanto externos, aos quais a Companhia está exposta; (ii) monitoramento de mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar as atividades da Companhia; (iii) quantificação dos impactos econômicos diretos e indiretos dos itens acima; (iv) avaliação contínua dos riscos identificados, especialmente quanto aos aspectos de probabilidade de ocorrência e impacto financeiro adverso nos negócios, de forma a permitir a priorização e tratamento de tais riscos; (v) análises dos riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa; (vi) adoção de procedimentos internos de gestão de riscos, com atribuições e funções de competências hierárquicas entre diversas áreas e departamentos da Companhia com o intuito de neutralizar ou mitigar os riscos identificados; e (vii) difusão da cultura de gerenciamento de risco e consequente busca pelas melhores práticas de mercado.

Para mais informações sobre os riscos relativos às políticas e às estruturas adotadas pela Companhia para gerenciamentos de riscos vide item 4.1 deste Formulário de Referência – Fatores de Riscos – *“A falha das políticas e das estruturas adotadas pela Companhia para gerenciamentos de riscos poderá ter um efeito adverso relevante nos negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia”*.

v. se a Companhia opera instrumentos financeiros objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos

No período compreendido por este Formulário de Referência, a Companhia não conduziu operações dessa natureza.

vi. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A Política de Gerenciamento de Riscos aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, em 24 de novembro de 2020, estabelece que as áreas responsáveis serão a Área de Controles Internos, *Compliance* e Riscos, o Conselho de Administração, a Diretoria e o Comitê de Auditoria, Auditoria Interna e Gerências e demais colaboradores

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

A estrutura organizacional de controle e gerenciamento de riscos da Companhia foi estruturada e busca abranger todos os riscos aos quais a Companhia está exposta de forma multidisciplinar (riscos gerais e riscos de mercado).

Para mais informações sobre a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos da Companhia, vide item 5.1, subitem “b.iii”, deste Formulário de Referência.

c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A administração da Companhia compromete-se a buscar o aprimoramento constante da Política de Gerenciamento de Riscos, sempre em atenção às melhores práticas de governança societária.

A Companhia entende que a estrutura operacional e os controles internos adotados são adequados para verificação da efetividade gestão de riscos de mercado, visto que possui um sistema definido de atribuições que serve para ampliar e agilizar o processo decisório, buscando identificar novas oportunidades bem como evitar perdas.

Ajustes de eventuais adaptações aos procedimentos de controles internos são realizados pela Administração à medida que julgados necessários.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 – Descrição dos Controles Internos

a. Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia acredita que seus procedimentos de controles gerenciais são adequados para proteger e preservar os ativos da Companhia, garantir informações corretas e adequadas, promover a eficiência operacional da organização e estimular a obediência e o respeito às políticas corporativas. Estamos alinhados às melhores práticas de controles internos, bem como atestamos o correto funcionamento do ambiente de nossos controles, os quais estão de acordo com a complexidade dos nossos negócios e visam garantir as boas práticas de governança, mercado e atendimento às legislações e regulamentos aplicável, sempre zelando pela qualidade e integridade dos relatórios financeiros, pela adequação e eficácia dos nossos controles internos.

Além disso, possuímos um Plano de Continuidade de Negócio (PCN) que é um conjunto de procedimentos documentados que direcionam a organização a responder, recuperar, retomar e restaurar um nível de operação pré-definido após a ocorrência de interrupção na operação / situações emergenciais. O PCN é composto pelos seguintes processos:

- Análise de impacto no negócio (BIA - *Business Impact Analysis*): analisa todos os processos da empresa para identificar os processos de negócio críticos de acordo com critérios estabelecidos pela empresa.
- Plano de Contingência Operacional (PCO): visa listar os procedimentos para operar em contingência, ou seja, é a solução paliativa para a interrupção do processo ou do ativo.
- Plano de Recuperação de Desastre (PRD): visa listar os procedimentos para recuperar um ativo de TI retornando-o à operação normal.
- Plano de Comunicação: trata da comunicação interna e externa (com clientes e meios de comunicação) acerca de situações de crise e contingência.

Adicionalmente, a Companhia entende que os procedimentos internos e sistemas de elaboração de demonstrações financeiras são suficientes para assegurar sua eficiência e precisão. Com o acelerado crescimento, os diretores da Companhia decidiram pela implantação de ações que assegurem a promoção da confiabilidade nas demonstrações financeiras, segurança e conformidade dos controles internos.

A Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, em 24 de novembro de 2020, tem como principal objetivo estabelecer as diretrizes e responsabilidades na gestão de riscos da Companhia, especialmente no tocante à criação de mecanismos para identificação e análise dos riscos que possam afetar a Companhia, bem como controles e procedimentos para monitoramento, de forma a prevenir sua ocorrência ou minimizar seu impacto.

Com relação aos seus controles internos, a Companhia procura sistematicamente fortalecer as melhores práticas de governança, com foco nos pilares de anticorrupção, prevenção a fraudes e ataques cibernéticos e defesa da concorrência, implementando processos de constante monitoramento das práticas adotadas em nome da Companhia, de modo a garantir o atendimento a todas as leis e normas regulamentares aplicáveis, pela Companhia, pelos seus colaboradores e pela administração. Ademais, a Companhia disponibiliza à sua administração e aos seus colaboradores orientações mínimas sobre a conduta deles esperada, sendo que, em caso de violação das regras internas ou exigências externas envolvendo a Companhia, são aplicadas orientações disciplinares ou medidas corretivas, conforme o necessário. A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para a elaboração de suas demonstrações financeiras é adequado para o desenvolvimento de suas atividades e suficiente para assegurar que estas representem adequadamente sua posição patrimonial e financeira, bem como os resultados de suas operações.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

b. Estruturas organizacionais envolvidas

A Contabilidade é a área responsável pela elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, incluindo o Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração de Resultados Abrangentes e notas explicativas.

O Comitê de Auditoria acompanha as atividades das áreas de contabilidade e *compliance*, reportando ao Conselho de Administração quando necessário.

O auditor externo independente é contratado para emitir uma opinião sobre as demonstrações financeiras, e que, no escopo de seu trabalho, considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, para planejar os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

A Auditoria Interna atua de forma independente e objetiva e reporta-se ao Conselho de Administração e seus comitês de assessoramento. Tem por responsabilidade verificar a eficácia da gestão de riscos da Companhia, bem como avaliar, ao menos anualmente, a eficácia das políticas e dos sistemas de gerenciamento de riscos e controles internos, assim como prestar contas ao Conselho de Administração. Até a criação da Auditoria Interna, o auditor independente registrado na CVM, contratado pela Companhia, será responsável por essa função.

c. Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Com o mapeamento dos controles chaves por processo, são executados testes periódicos para avaliar a eficácia e a efetividade operacional dos controles chaves, os quais são realizados pela área de Controles Internos, *Compliance* e Riscos e reportados ao Comitê de Auditoria. Para todas as deficiências identificadas em uma avaliação de controles internos, as áreas de negócios responsáveis definem planos de ação para remediá-las.

O resultado de todos os trabalhos de controles internos é reportado pela Diretoria ao Comitê de Auditoria, que monitora e reporta os processos relevantes ao Conselho de Administração da Companhia, conforme a seguir:

- Procedimentos e processos da área de controles internos e área de Controles Internos, *Compliance* e Riscos .
- A adequação dos serviços prestados às necessidades da companhia pela área de contabilidade, responsável pela elaboração das demonstrações financeiras da companhia;
- O monitoramento, a qualidade e integridade: a) dos mecanismos de controles internos; b) das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da companhia; e c) das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras;
- A avaliação e o monitoramento as exposições de risco da companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: a) a remuneração da administração; b) a utilização de ativos da companhia; e c) as despesas incorridas em nome da companhia;
- A avaliação e o monitoramento, juntamente com a administração, da adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela companhia e suas respectivas evidenciações;
- A elaboração do relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: a) suas atividades, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas; e b) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da companhia, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras da companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

d. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores externos obtiveram entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria e conduziram procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias em conexão com as demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019, oportunidade em que os auditores independentes identificaram os assuntos descritos abaixo, tendo-os classificado como deficiências significativas, bem como feito as recomendações que seguem na tabela a seguir:

Assunto	Recomendações dos Auditores
Aprimorar a rotina do processo de fechamento contábil e preparação das demonstrações financeiras	Foi recomendado que a Companhia aprimore os seus controles internos de fechamento contábil e preparação das demonstrações financeiras, tais como conciliações contábeis; análise das diferenças de GAAP no processo de consolidação; assim como intensifique o investimento na capacitação técnica da equipe contábil em relação aos novos requerimentos que a Companhia estará exposta ao se tornar empresa listada.
Aprimorar os controles internos para maior adesão aos princípios estabelecidos pelo COSO Framework	Foi recomendado a implementação pela Companhia de uma matriz de riscos, o desenho e implementação de controles internos com procedimentos de revisão e aprovação de tais controles internos, assim como uma área de auditoria interna, a qual vem sendo estruturada pela Companhia.
Ausência de políticas e procedimentos formais para mitigar os riscos de fraude e erro	Foi recomendado que a Companhia prepare e aprove uma política e procedimentos formais (controles internos) endereçando os riscos de fraude.
Falta de controle interno para monitoramento da realização da receita proveniente do contrato com a Totvs	Foi recomendado que a Companhia desenhe e implemente controles internos que permitam o monitoramento da adequada realização da receita proveniente de seu contrato com a Totvs.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Assunto	Recomendações dos Auditores
Aspectos de aprimoramento identificados no ambiente de TI	<p>Foi recomendado a Companhia a inventariar seus ativos digitais, avaliando os impactos financeiros relacionados a estes.</p> <p>Foi recomendo que a Companhia crie políticas e controles específicos relacionados aos temas de cibersegurança.</p> <p>Adicionalmente, recomendou a Companhia que revise periodicamente os perfis de acesso de todos os usuários dos sistemas TOTVS e Senior. A revisão deve ser feita pelos gestores das áreas dos profissionais com base em relatórios extraídos dos sistemas e deve conter, no mínimo, informações como: identificação do usuário, nome completo, perfil de acesso que possui, níveis de acesso associados ao perfil, identificação do revisor, entre outros.</p> <p>A revisão deve ser realizada para todos os usuários dos sistemas, e formalmente validada pelos gestores e demais responsáveis. Por fim, a revisão deve ser formalmente registrada, de forma que seja possível evidenciar que houve a revisão para todos os usuários ativos dos sistemas.</p> <p>Os auditores recomendaram a elaboração de políticas formais para os controles de gestão de mudança, definindo as responsabilidades e fluxo do processo:</p> <p>Recomendações de Governança de Tecnologia da Informação (TI):- Elaboração de uma matriz de riscos e controles de TI bem como políticas e procedimentos voltados a mapeamento, avaliação, monitoramento e validação periódica do ambiente TI.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Organograma de TI formalmente definido; - Políticas de desenvolvimento e avaliação periódica de desempenho dos profissionais de TI; - Criação de uma área de cibersegurança, bem como definição de um responsável.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**e. Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

Assunto:	Comentário dos Diretores
Aprimorar a rotina do processo de fechamento contábil e preparação das demonstrações financeiras	<p>A administração entende que certos aspectos de aprimoramento levantados foram baseados em versões parciais das Demonstrações Financeiras, que estavam em andamento e, portanto, ainda sujeitas a revisões e alterações.</p> <p>A administração entende também que muitos processos ainda são manuais e utilizam sistemas diferentes, o que gera estas faltas de controle.</p> <p>Informamos que está em processo de implementação de ERP Dynamics 365 da Microsoft, que deve se concluir nos próximos meses junto com uma reorganização desses processos, endereçando assim, as oportunidades de melhoria levantadas pela auditoria.</p> <p>Adicionalmente, a Companhia irá implementar um plano formal de educação continuada em IFRS e práticas contábeis adotadas no Brasil para os colaboradores envolvidos no processo de fechamento contábil e elaboração das demonstrações financeiras.</p>
Aprimorar os controles internos para maior adesão aos princípios estabelecidos pelo COSO Framework	A administração informa que a partir de 19 de outubro de 2020, foi criado o Comitê de Auditoria que deverá, dentre outras ações, orientar sobre a criação da Auditoria Interna e seu modo de operação na Companhia.
Ausência de políticas e procedimentos formais para mitigar os riscos de fraude e erro	A administração informa que iniciará os trabalhos para construir essa política e procedimentos.
Falta de controle interno para monitoramento da realização da receita proveniente do contrato com a Totvs	<p>A administração da Companhia informa que está em processo revisão desse controle, de modo a criar os instrumentos adequados de acompanhamento.</p> <p>Outra ação que contribuirá para termos controles adequados é a implementação de ERP Dynamics 365 da Microsoft, que deve se concluir nos próximos meses, onde alguns processos manuais serão eliminados e digitalizados.</p>

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Assunto:	Comentário dos Diretores
Aspectos de aprimoramento identificados no ambiente de TI	<p>A administração entende que os pontos levantados são principalmente sobre os sistemas e procedimentos internos da Companhia.</p> <p>A administração da Companhia informa que com a implementação do ERP Dynamics 365 da Microsoft, estará reestruturando seus sistemas internos para usarem as melhores práticas de mercado. Também estamos implementando outras ferramentas auxiliares para termos um melhor controle dos ativos digitais da Companhia.</p> <p>A Companhia revisará os processos e escreverá as políticas necessárias para aprimorar a segurança das informações.</p> <p>A Companhia implementará também uma matriz de riscos e controles de TI bem como políticas e procedimentos voltados ao mapeamento, avaliação, monitoramento e validação periódica do ambiente. A Companhia definirá um organograma com responsabilidades claras e um programa de desenvolvimento periódico de recursos humanos.</p>

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4 – Programa de Integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

- a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

Através do programa de integridade, a Companhia adota práticas destinadas à prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

O programa de integridade da Companhia está estruturado da seguinte forma: (i) Código de Conduta; (ii) Canal de Denúncia; e (iii) Política de Gerenciamento de Riscos, conforme descritos no item 5.4 a, (ii) deste Formulário de Referência.

- (i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia são: (i) o Código de Conduta; e (ii) a Política de Gerenciamento de Riscos. Sendo tais mecanismos e procedimentos atualizados anualmente, em linha com a reavaliação dos riscos, conforme informado no item 5.1 deste Formulário de Referência.

Código de Conduta: O Código de Conduta da Companhia é aplicável a todos os colaboradores e administradores da Companhia e tem como objetivo descrever os princípios que regem os negócios e as atividades da Companhia e as normas de conduta que deverão ser aplicáveis aos seus colaboradores, fornecedores e intermediários. Sendo assim, o Código endereça as principais diretrizes e regras relativas: (i) ao relacionamento da Companhia e de seus colaboradores com (a) fornecedores; (b) clientes; (c) concorrentes; (d) órgãos governamentais; e (e) associações de classe; (ii) relacionadas a situações de conflito de interesses; (iii) ao oferecimento e recebimento de presentes e brindes; (iv) à proteção de informações sensíveis; (v) aos contatos com a imprensa; (vi) à responsabilidade socioambiental da Companhia; e (vii) as medidas disciplinares aplicáveis em casos de violação ao próprio Código de Conduta. Os colaboradores da Companhia devem participar de treinamentos sobre (i) as disposições do Código de Conduta; (ii) o cumprimento das leis anticorrupção; e (iii) as demais políticas da Companhia.

Política de Gerenciamento de Riscos: A Companhia possui a Política de Gerenciamento de Riscos que tem como objetivo estabelecer os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados por todos os colaboradores e administradores, no processo de gerenciamento de riscos da Companhia e de suas controladas, de forma a possibilitar a identificação, avaliação e tratamento dos riscos dos negócios da Companhia.

Canal de Denúncias. A Companhia possui canal de denúncias, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, de forma identificada ou anônima, observando o absoluto sigilo. As denúncias recebidas são apuradas detalhadamente e, se necessário, podem levar à imposição de medidas disciplinares internas aplicáveis, como (i) advertência oral ou por escrito; (ii) suspensão; (iii) desligamento; e (iv) demissão por justa causa. As penalidades serão aplicadas após avaliação e recomendação da Comissão de Ética de acordo com a gravidade da transgressão, sem prejuízo da aplicação de outras medidas previstas em lei.

Para mais informações sobre mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia, vide itens 5.1 a 5.3 deste Formulário de Referência.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- (ii) **as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existente**

A implementação, aplicação e monitoramento do funcionamento, cumprimento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos descritos no Código de Conduta são de responsabilidade do Comitê de Ética da Companhia. O Comitê de Ética da Companhia atua juntamente com os departamentos de Recursos Humanos e Jurídico. Estes departamentos atuam de forma contínua, com o objetivo de disseminar e consolidar uma cultura corporativa ética, bem como, prevenir e detectar tempestivamente quaisquer condutas que possam representar uma violação ao Código de Conduta, às demais políticas da Companhia e/ou às leis e regulamentações vigentes aplicáveis às suas atividades, como, por exemplo, as Leis Anticorrupção.

- (iii) **se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

O Código de Conduta descrito na seção 5.4 a,(i) acima, foi formalmente aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de outubro de 2020.

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Conduta se aplica a todos os colaboradores da Companhia, incluindo seus diretores, membros do seu conselho de administração, do seu conselho fiscal, dos comitês do conselho de administração, bem como de quaisquer outros órgãos com funções técnicas e/ou destinados a aconselhar os administradores ("Colaboradores").

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

Todos Colaboradores da Companhia, após ingressarem, tomam ciência e participam de treinamentos sobre as políticas da Companhia, incluindo o Código de Conduta, bem como declaram por escrito, através de termo específico, que estão cientes de todo o seu conteúdo. Tais treinamentos são obrigatórios a todos os Colaboradores da Companhia. Tais treinamentos são obrigatórios aos Colaboradores e são realizados, no mínimo, uma vez a cada ano.

Atualmente, a Companhia tem como objetivo realizar um treinamento ao ano exclusivamente focado no combate à corrupção e fraudes, como forma de complementar todo o trabalho já realizado pelo Comitê de Ética, em conjunto com os departamentos de Recursos Humanos e Jurídico.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Os Colaboradores que praticarem qualquer violação ao Código de Conduta estarão sujeitos às seguintes medidas disciplinares, previstas no próprio Código de Conduta: (i) advertência oral ou por escrito; (ii) suspensão; (iii) desligamento; e/ou (iv) demissão por justa causa.

Cabe ressaltar, que mesmo após a aplicação de qualquer destas penalidades ou sanções, a Companhia poderá adotar medidas legais necessárias ao ressarcimento de eventuais danos sofridos por ela, ou notificar as autoridades competentes sobre eventuais atos ilícitos ou crimes que tenham sido praticados por tal Colaborador.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Caso as violações tenham sido praticadas por fornecedores e/ou intermediários, a Companhia poderá determinar o encerramento dos vínculos contratuais existentes e buscar eventuais medidas judiciais cabíveis para possíveis ressarcimentos.

Eventuais medidas disciplinares e/ou sancionatórias deverão ser aplicadas de forma gradual e proporcional ao dano causado e à irregularidade identificada.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta da Companhia foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 19 de outubro de 2020 e está disponível no website da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 (www.b3.com.br) e da Companhia (ri.neogrid.com).

b) **Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

A Companhia disponibiliza um Canal de Denúncias a todos os Colaboradores e terceiros que tenham interesse em comunicar uma preocupação, suspeita ou ocorrência de qualquer violação ao Código de Conduta, às demais políticas da Companhia, às Leis Anticorrupção e demais leis e regulamentações aplicáveis às suas atividades.

O Canal de Denúncias da Companhia pode ser acessado de forma gratuita, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana através dos seguintes canais de contato:

- Website: <https://www.contatoseguro.com.br/pt/neogrid/relato/denuncia>
- Telefone: +55 51 3086 1800

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O Canal de Denúncias da Companhia é administrado pela empresa Contato Seguro – Canal de Ética.

O Canal de Denúncias está sob responsabilidade dos membros do Comitê de Ética, que será responsável por apurar, de forma detalhada, as violações supostamente praticadas.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se receber denúncias somente de empregados**

O Canal de Denúncias pode ser acessado por colaboradores, fornecedores, intermediários ou quaisquer terceiros que possam ter interesse em reportar uma preocupação, suspeita ou a ocorrência de irregularidades.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

O Canal de Denúncias da Companhia é um veículo para receber, registrar e tratar denúncias feitas por Colaboradores e terceiros, cujo anonimato será rigorosamente mantido, caso o denunciante assim o desejar. A Companhia não admite qualquer forma de retaliação contra qualquer indivíduo que reporte, de boa-fé, uma preocupação, suspeita ou a ocorrência de uma violação ao seu Canal de Denúncias e, caso ocorra, tal retaliação ou perseguição está sujeita à aplicação de sanções, na forma da legislação aplicável.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

As comunicações feitas através do Canal de Denúncias serão encaminhadas ao Comitê de Ética, que será responsável por apurar, de forma detalhada, as violações supostamente praticadas. O Comitê de Ética reportará o recebimento e o resultado da apuração das comunicações feitas por meio do Canal de Denúncias da Companhia ao Comitê de Auditoria, que será responsável pela aprovação dos relatórios de apuração e, caso seja cabível, aplicar as medidas disciplinares a cada caso específico.

c) Se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

A Companhia busca envidar melhores esforços para adotar práticas adequadas à identificação de vulnerabilidades e riscos oriundos das operações societárias a qual participa ou venha participar, contudo não possui procedimentos e processos específicos para estes casos.

d) Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia adota através do Código de Conduta da Companhia, regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5 – Alterações significativas

A Companhia continua em monitoramento constante sobre os possíveis impactos decorrentes da pandemia da COVID-19, tendo adotado, durante o período, medidas preventivas e mitigatórias, em linha com os direcionamentos estabelecidos pelas autoridades de saúde no que se refere à segurança de seus colaboradores, diretos e indiretos, e continuidade de suas operações.

Entre as medidas adotadas pela Companhia destacam-se: (i) criação de um Comitê de Crise que desenvolveu no período, diversas ações para o seu ecossistema, promovendo a responsabilidade social junto ao setor, à sociedade e aos colaboradores; (ii) adoção imediata a partir de 16 de março de 2020, da prática de trabalho remoto via *home office* para todas suas unidades, bem como vem avaliando o retorno gradual e voluntário dos colaboradores aos escritórios, em segurança, com base nas orientações dos oficiais de saúde das cidades nas quais possui unidades; (iii) suspensão das viagens nacionais e internacionais, por período indeterminado; e (iv) implantação de um Comitê Gestor Financeiro para análise e negociações com clientes e credores, sejam fornecedores, instituições financeiras ou outros.

Destacamos que a Companhia não adotou no período, medidas de redução salarial e de jornada dos seus colaboradores, nem promoveu reduções de equipes fora do curso normal de suas operações.

A Companhia avaliou durante a crise, a extensão e a duração das medidas adotadas pelos governos nos países em que a Companhia e suas controladas operam, os possíveis efeitos diretos e indiretos da COVID-19 sobre seus negócios, resultados operacionais e condição financeira.

Os impactos nos resultados operacionais são considerados, na avaliação da Companhia, imateriais, sendo que, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, a receita operacional da Companhia, quando comparada ao mesmo período em 2019, teve uma redução de 0,4%. Cabe destacar que, dado ao modelo de negócios da Companhia ser Software as a Service - SaaS, 95% da sua receita corresponde à subscrição, ou seja, mensalidade de uso das soluções, gerando um impacto positivo e de estabilidade nas projeções e situação financeira da Companhia.

Além dos itens destacados acima, a Companhia vem monitorando de perto os riscos de liquidez e de crédito e, até o presente momento, não identificou impacto nos *covenants* financeiros.

Por fim, a respeito do fator de risco “A Companhia está sujeita a perdas não cobertas por suas atuais apólices de seguro e a cobertura dos seguros contratados pela Companhia poderá não ser suficiente para cobrir perdas sofridas pela Companhia, o que poderá causar efeitos adversos sobre seus negócios”, a Companhia apresenta a seguir as principais informações relativas às apólices de seguros relativos à Compreensivo Empresarial, Responsabilidade Civil Geral, Indenização Profissional, Segurança Cibernética:

Seguradora	Segurado	Tipo Seguro	Cobertura	Vigência
Chubb Seguros Brasil S.A	Neogrid Participações S.A.	Compreensivo Empresarial	R\$ 5,280,000	15/05/20 15/05/21
Chubb Seguros Brasil S.A	Neogrid Participações S.A.	Responsabilidade Civil Geral	R\$ 33,000.00	15/05/20 15/05/21
Liberty Seguros	Neogrid Participações S.A.	Responsabilidade Civil Administradores (D&O)	R\$ 30,000,000.00	15/10/20 15/10/21
Hiscox Business Insurance	NeoGrid Europe Ltd.	Professional indemnity	£ 5,000,000	15/05/20 14/05/21
Hiscox Business Insurance	NeoGrid Europe Ltd.	Cyber and data	£ 500,000	15/05/20 14/05/21
Hiscox Business Insurance	NeoGrid Europe Ltd.	Crisis containment	£ 25,000	15/05/20 14/05/21

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.6 – Outras informações relevantes – Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não foram evidenciadas nos itens 5.1 a 5.5 deste Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 – Comentários dos Diretores

As informações financeiras incluídas nos itens 10.1 a 10.9 deste Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e às informações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia relativas ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 e de 2019, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade *International Financial Reporting Standards* ou “IFRS”), aplicáveis à empresas s no Brasil registradas na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Certas tabelas do item 10 deste Formulário de Referência contém os termos “AH” e “AV” que significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens da mesma rubrica entre um período e o outro. A Análise Vertical representa (i) o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das operações, ou (ii) em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração do balanço patrimonial.

Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (CPC 06(R2) / IFRS 16) emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e pelo Conselho Internacional de Normas Contábeis (*International Accounting Standards Board* ou “IASB”), respectivamente. A norma introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. A administração avaliou e concluiu que a adoção do IFRS 16/CPC 06(R2) teve impactos materiais nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, os quais estão detalhados nas notas explicativas 3 – Mudanças nas políticas contábeis e divulgações e nota explicativa 16 – Arrendamentos nas demonstrações financeiras findo exercício de 2019.

Adicionalmente, com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018, entrou em vigor a norma de Instrumentos Financeiros (CPC 48 / IFRS 9) emitidas pelo CPC e IASB, respectivamente. A norma inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A Companhia adotou o novo preceito para as perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais e concluiu que não houve efeito relevante, incluindo na classificação dos instrumentos financeiros, para os quais também não houve impacto.

Por sua vez, a norma de Reconhecimento de Receita (CPC 47 IFRS 15) exige que uma entidade reconheça o montante da receita refletindo a contraprestação que se espera receber em troca do controle de bens ou serviços. A nova norma substitui a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS quando esta for adotada.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia estarão disponíveis no site da Companhia (ri.neogrid.com) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Visão geral

Os diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para implementar o seu plano de negócio e cumprir as suas obrigações de curto e longo prazo, baseada nos seguintes aspectos:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Endividamento

O endividamento líquido da Companhia é calculado com base nas demonstrações financeiras. A tabela a seguir apresenta o endividamento líquido da Companhia em 30 de setembro de 2020 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

Indicadores financeiros (R\$ mil)	Em 30 de setembro de	Em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018	2017
Endividamento Bruto ⁽ⁱ⁾	112.295	116.198	47.283	29.615
Caixas e Equivalentes	36.198	24.908	18.249	17.870
Endividamento Líquido ⁽ⁱⁱ⁾	76.097	91.290	29.034	11.745

(i) O Endividamento Bruto representa o somatório de todos os compromissos financeiros contraídos por uma empresa

(ii) O Endividamento Líquido refere-se ao volume de empréstimos e financiamentos subtraídos do caixa e equivalentes de caixa

A variação do endividamento líquido da Companhia entre os exercícios analisados decorre principalmente da aquisição da Accera Sistemas Estratégicos S.A, cujos financiamentos foram adquiridos inicialmente em 2018, para financiamento da primeira parcela (bridge) para aquisição da Accera e o restante foi captado por meio da emissão de debênture no ano de 2019 para financiar o restante da aquisição.

Disponibilidade de caixa

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia encerrou com caixa de R\$ 36.198 mil, em comparação a R\$ 24.908 mil, R\$ 18.249 mil e R\$ 17.870 mil em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, respectivamente. O comportamento da posição de caixa da Companhia foi influenciado, principalmente, pela geração de caixa operacional adicional derivada da consolidação da Accera, que foi maior no ano de 2019.

Indicadores Financeiros

A liquidez corrente é calculada por meio da razão entre ativo circulante e passivo circulante. A variação negativa deste índice quando comparado entre 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, deve-se, principalmente, ao COVID-19 conforme tabela abaixo:

Indicadores financeiros (R\$ mil)	Em 30 de setembro de	Em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018	2017
Ativo Circulante	92.595	80.261	75.663	61.752
Passivo Circulante	81.126	67.643	100.178	46.495
Liquidez Corrente	1,14	1,19	0,76	1,32

b. Estrutura de capital

Os diretores da Companhia entendem que sua atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação do seu passivo total e seu patrimônio líquido apresenta níveis adequados de alavancagem.

Em 30 de setembro de 2020, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$137.186 mil, comparado a R\$137.289 mil em 31 de dezembro de 2019, R\$130.320 mil em 31 de dezembro de 2018 e R\$113.987 mil em 31 de dezembro de 2017.

Em 30 de setembro de 2020, a estrutura de capital da Companhia era composta por 40,9% de capital próprio (patrimônio líquido) e 59,1% de capital de terceiros (passivo total), enquanto em 31 de dezembro de 2019 era composta por 41,1% de capital próprio e 58,9% de capital de terceiros, em 31 de dezembro de 2018 era composta por 37,7% de capital próprio e 62,3% de capital de terceiros e em 31 de dezembro de 2017 era composta por 56,9% de capital próprio e 43,1% de capital de terceiros, conforme evidenciado pela tabela a seguir:

Indicadores de investimento	Em 30 de setembro de		Em 31 de dezembro de					
	2020	AV %	2019	AV %	2018	AV %	2017	AV %
	(R\$ mil)		(R\$ mil)		(R\$ mil)		(R\$ mil)	
Patrimônio Líquido	137.186	40,9%	137.289	41,1%	130.320	37,7%	113.987	56,9%
Passivo Total	198.309	59,1%	196.494	58,9%	215.547	62,3%	86.314	43,1%
Total	335.495	100%	333.783	100,0%	345.867	100,0%	200.301	100,0%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os diretores da Companhia acompanham constantemente a relação entre capital próprio e capital de terceiros visando a manutenção de uma relação ótima que propicie maior retorno ao capital investido pelos acionistas da Companhia sem depreciação de sua liquidez, buscando assim a sustentabilidade de seu negócio no longo prazo.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os diretores acreditam que a Companhia possui capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros de curto e de longo prazo. Esta situação pode ser verificada por meio de índices de liquidez corrente (calculado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) e de endividamento (calculado pela divisão da dívida líquida – empréstimos e financiamentos de curto e de longo prazo menos caixa e equivalentes de caixa – pelo EBITDA dos últimos 12 meses).

A Companhia acredita que a manutenção da sua saúde econômica financeira é consequência de do valor que sua tecnologia entrega para o cliente, da base robusta e resiliente de clientes e da forte geração de caixa operacional.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

No exercício social corrente e nos últimos três exercícios sociais, a Companhia tem utilizado recursos de seus acionistas por meio de aumentos de capital com emissão de ações, geração de caixa próprio e, principalmente, empréstimos contratados junto a instituições financeiras de primeira linha para financiar suas necessidades de capital, como por exemplo Banco do Brasil.

As operações da Companhia proporcionaram uma geração de caixa líquido pelas atividades operacionais de R\$ 40.349 mil no exercício social corrente até 30 de setembro de 2020 e de mil R\$25.232 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, uma geração de R\$ 23.358 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e uma geração de R\$ 22.769 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, enquanto suas atividades de financiamento foram responsáveis por uma geração de caixa líquido nos mesmos períodos de R\$ 24.799 mil, R\$ 68.722 mil, R\$ 18.449 mil e R\$ 9.789 mil, respectivamente.

Para mais informações sobre o financiamento da Companhia mediante empréstimos junto a instituições financeiras, vide item 10.1.f.(i) abaixo.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As principais fontes de recurso para as necessidades de capital que a Companhia pretende utilizar no curso regular de seus negócios são empréstimos do tipo capital de giro para coberturas de curto prazo e em casos específicos de financiamentos de ativos não circulantes, debêntures podem ser avaliadas como uma opção alternativa.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 30 de setembro de 2020, o saldo dos empréstimos e financiamentos da Companhia era de R\$ 112.295 mil (R\$116.198 milhões, R\$47.283 mil e R\$29.615 mil em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, respectivamente). A dívida líquida é calculada pela soma dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante, deduzidos dos valores registrados como caixa e equivalentes de caixa, e totalizou R\$76.097 mil em 30 de setembro de 2020, R\$ 91.290 mil, R\$29.034 mil e R\$11.745 mil em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, respectivamente).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As principais características da dívida líquida da Companhia, com base em suas demonstrações financeiras consolidadas, estão indicadas na tabela abaixo:

Natureza	Moeda	Taxa de Juros	Ano de Vencimento	Em 30 de setembro de (em R\$ mil)	Em 31 de dezembro de (em R\$ mil)		
					2019		
		x % a.a.		2020			
Capital de Giro	REAL	CDI + 6,8% a.a.	2022	13.368	0	Capital de Giro	REAL
Debênture	REAL	CDI + 2,75% a.a.	2022	93.324	110.662	Debênture	REAL
Arrendamentos Financeiros	REAL	0,93% a 1,31% a.m	2021 a 2022			Arrendamentos Financeiros	REAL
BNDES	REAL	0,86% a 1,00% a.m	2019	0	2	BNDES	REAL
FINEP	REAL	TJLP + 5% a.a.	2029	5.603	5.534	FINEP	REAL
Dívida Bruta				112.295	116.198		
Caixa e Equivalentes de caixa				36.198	24.908		
Dívida Líquida				76.097	91.290		

A tabela a seguir evidencia o perfil de amortização dos empréstimos e financiamentos da Companhia em 30 de setembro de 2020:

Perfil de Amortização (Em R\$ mil)	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 30 de setembro de 2020				
Empréstimos	31.144	61.881	30.588	2.642
Fornecedores e outras obrigações	6.120			
Passivo de arrendamento	3.334	1.597	902	

Em 06.10.2020, no âmbito do Contrato de Financiamento celebrado em 30 de janeiro de 2019 entre Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP e Neogrid Informática Ltda. (sucessora da Accera Sistemas Estratégicos S.A.), a Neogrid Informática Ltda. recebeu a segunda parcela disponível no montante líquido de R\$ 9.964.276,48. Na data deste Formulário de Referência, estes valores não alteraram significativamente a dívida líquida da Companhia.

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia possuía 4 contratos de financiamentos. Os contratos mais relevantes são como segue:

- *Banco do Brasil* – Debenture - com um valor tomado em 30 de setembro de 2020 de R\$ 103.535 mil, garantido por garantias quirográficas;

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

No exercício social corrente e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, a Companhia não possuía quaisquer outras relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas citadas neste Formulário de Referência e em suas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Os contratos de empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis da Companhia são garantidos por meio de diversos instrumentos, incluindo garantias reais (cartas fiança) e garantias quirográficas (garantias de imóveis).

Para mais informações sobre o grau de subordinação do passivo circulante e não circulante, da Companhia vide item 3.8 deste Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As operações garantidas por alienação fiduciária de bens foram classificadas como sendo de garantia real e, nos termos previsto na regulamentação aplicável, estariam excluídas do processo de recuperação judicial e/ou falência. As demais obrigações foram classificadas como garantia quirografária e não há subordinação entre elas.

Em caso de eventual concurso de credores, o grau de subordinação entre as dívidas da Companhia e suas subsidiárias deverá seguir a ordem de preferência prevista no art. 83 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, qual seja, créditos trabalhistas, créditos com garantia real, créditos tributários e créditos quirografários, respectivamente.

iv.Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Em 01 de outubro de 2019, a Companhia realizou a sua 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única ("Debêntures"). A escritura de emissão das Debêntures possui hipóteses usuais de vencimento antecipado automático e não automático, sendo uma delas o descumprimento do Índice Financeiro descrito abaixo. Para mais informações, vide item 18.12 deste Formulário de Referência.

Dívida Financeira Líquida/EBITDA: < 2,5x

Onde:

"Dívida Financeira Líquida" significa a soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Companhia, incluindo dívidas contraídas perante instituições financeiras e decorrentes de emissões de debêntures, subtraído do caixa e numerários em trânsito, saldo de contas de livre movimentação de titularidade da Companhia em bancos e aplicações financeiras sem prazo de carência para resgate; e

"EBITDA" significa o resultado bruto, subtraído das despesas de comercialização, despesas administrativas, acrescido dos valores de depreciação a amortização.

Com base informações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia relativas ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, o atual valor do índice financeiro "Dívida Financeira Líquida/EBITDA" da Companhia é de 1,49.

O Índice Financeiro previsto na escritura de emissão das Debêntures será verificado anualmente pelos auditores independentes e incluído nas demonstrações financeiras anuais consolidadas da Companhia, sendo certo que a primeira verificação ocorrerá com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Ainda, nos termos da escritura de emissão das Debêntures, a Companhia está sujeita a restrições relacionadas à distribuição de dividendos, alienação de determinados ativos, contratação de novas dívidas, realização de operações societárias, entre outras.

Em 22 de maio de 2020, a Companhia emitiu a Cédula de Crédito Bancário Nr. 324.802.452 em favor do Banco do Brasil S.A. ("CCB"). A CCB possui hipóteses usuais de vencimento antecipado que incluem (i) transferência do controle direto e/ou indireto capital social da Companhia; (ii) alteração de titularidade do capital social da Companhia, envolvendo qualquer acionista, direto ou indireto, inclusive transferências entre si, com variação superior a 10% (dez por cento) do total do capital social; e (iii) vencimento antecipado cruzado.

A fim de garantir as obrigações da Neogrid Informática Ltda. assumidas no âmbito do Contrato de Financiamento celebrado em 30 de janeiro de 2019 entre Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP e Neogrid Informática Ltda. (sucessora da Accera Sistemas Estratégicos S.A.), em 17 de fevereiro de 2020, a Companhia celebrou, na qualidade de devedora solidária, um Contrato de Prestação de Fiança com o Itaú Unibanco, tendo a Neogrid Informática Ltda. como contratante ("CPG"). O CPG possui hipóteses usuais de vencimento antecipado que incluem (i) mudança de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

controle e/ou alteração da composição societária da Companhia ou da Neogrid Informática Ltda.; (ii) alienação de bens do ativo imobilizado da Companhia ou da Neogrid Informática Ltda. cujo valor corresponda a mais de 10% da respectiva rubrica contábil, alienação de participações societária que correspondam a mais de 10% da receita líquida da Companhia ou da Neogrid Informática Ltda.

A Companhia vem cumprindo as obrigações previstas nos contratos de financiamento dos quais é parte.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia não possui, no exercício social corrente e nos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, quaisquer empréstimos e financiamentos com limites de utilização disponíveis para utilização.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e às informações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia relativas ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 e 2019, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS, aplicáveis às empresas no Brasil registradas na CVM.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

A Companhia apresenta a seguir as explicações das principais variações ocorridas e as explicações sobre seu resultado, a partir das suas demonstrações financeiras:

COMPARAÇÃO ENTRE OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E DE 2019

(em R\$ milhares)	30/09/2020	AV (%)	30/09/2019	AV (%)	AH (%)
Receita líquida de vendas	154.525	100,0%	155.141	100,0%	(0,4%)
Custo dos serviços prestados	(52.859)	(34,2%)	(46.303)	(29,8%)	14,2%
Lucro Bruto	101.666	65,8%	108.838	70,2%	(6,6%)
Receitas (despesas) operacionais	(78.891)	(51,1%)	(90.584)	(58,4%)	(12,9%)
Despesas com Vendas	(18.468)	(12,0%)	(21.707)	(14,0%)	(14,9%)
Despesas gerais e administrativas	(37.227)	(24,1%)	(44.408)	(28,6%)	(16,2%)
Pesquisa e gastos com software	(20.211)	(13,1%)	(23.245)	(15,0%)	(13,1%)
Opções outorgadas reconhecidas	(1.393)	(0,9%)	0	0,0%	-
Outras receitas e (despesas), líquidas	(1.592)	(1,0%)	(1.224)	(0,8%)	30,1%
Lucro (prejuízo) operacional	22.775	14,7%	18.254	11,8%	24,8%
Receitas financeiras	949	0,6%	2.010	1,3%	(52,8%)
Despesas financeiras	(9.544)	(6,2%)	(11.990)	(7,7%)	(20,4%)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	14.180	9,2%	8.274	5,3%	71,4%
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(2.004)	(1,3%)	(1.814)	(1,2%)	10,5%
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(3.597)	(2,3%)	(1.176)	(0,8%)	205,9%
Lucro líquido do exercício	8.579	5,6%	5.284	3,4%	62,4%
Lucro líquido do exercício atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores	8.579	5,6%	5.284	3,4%	62,4%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Receita Líquida de Vendas

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, a receita líquida de vendas da Companhia permaneceu relativamente estável, passando de R\$155,1 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 para R\$154,5 milhões no mesmo período de 2020, representando uma diminuição de R\$0,6 milhões. Este resultado ocorreu devido a descontinuação da operação do Japão, pela controlada Neogrid North America, que em 30 de setembro de 2019, gerou uma receita operacional líquida no valor de R\$6,3 milhões (R\$7,4 milhões em 31 de dezembro de 2019). Registramos um crescimento orgânico de receita recorrente correspondente a 7,1%, comparativamente aos primeiros nove meses de 2020, desconsiderando receita proveniente da atividade japonesa durante o ano de 2019.

Custo dos Serviços Prestados

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, o custo dos serviços prestados da Companhia aumentou 14,2%, passando de R\$46,3 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 para R\$52,9 milhões no mesmo período de 2020, representando um aumento de R\$6,6 milhões. Este aumento ocorreu principalmente devido aos custos relacionados à migração da plataforma da Companhia para nuvem e aumento de custos com parceiros de negócios. A migração para nuvem é uma iniciativa da Companhia que mira a redução de custos no médio para longo prazo e gera aumento de engajamento e possibilidade de ganho de escala por meio de uma solução com maior flexibilidade de uso e menor atrito operacional, tanto para os clientes como para o ambiente tecnológico da Companhia.

Lucro Bruto

Devido às variações mencionadas, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, o lucro bruto da Companhia diminuiu 6,6%, passando de R\$108,8 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 para R\$101,7 milhões no mesmo período de 2020, representando uma diminuição de R\$7,1 milhões.

Receitas (Despesas) Operacionais

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, as despesas operacionais da Companhia diminuíram 12,9%, passando de R\$90,6 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 para R\$78,9 milhões no mesmo período de 2020, representando uma diminuição de R\$11,7 milhões. Esta redução ocorreu devido à redução de despesas graças a sinergias referentes à aquisição da Accera, bem como reduções relacionadas a vendas devido à COVID-19 e às restrições de mobilidade impostas por autoridades.

Despesas com vendas

As despesas com vendas da Companhia diminuíram em R\$3,2 milhões ou 14,9%, alcançando R\$18,5 milhões em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$21,7 milhões no mesmo período de 2019. Esta redução deu-se principalmente em decorrência da redução de despesas na promoção e participação de eventos com objetivos comerciais diante da pandemia de COVID-19. Uma outra parcela da redução é relativa à sinergia absorvida no time de vendas a partir da aquisição da Accera Sistemas Estratégicos S.A.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais administrativas da Companhia diminuíram em R\$7,2 milhões ou 16,2%, alcançando R\$37,2 milhões em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$44,4 milhões no mesmo período de 2019. Esta diminuição deu-se em decorrência, principalmente, à redução da linha de despesas com pessoal relativa as sinergias geradas no time financeiro e administrativo derivada da aquisição da Accera Sistemas Estratégicos S.A.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Pesquisa e gastos com software

As despesas com pesquisa e gastos com software da Companhia diminuíram em R\$3,0 milhões ou 13,1%, alcançando R\$20,2 milhões em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$23,2 milhões no mesmo período de 2019. Esta redução deu-se em decorrência principalmente da redução de despesas vinculadas a P&D relativa à sinergia gerada na aquisição da Accera Sistemas Estratégicos S.A.

Opções outorgadas reconhecidas

Opções outorgadas reconhecidas da Companhia representaram uma despesa de R\$ 1,4 milhão no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, comparado a zero no mesmo período de 2019. Este aumento de despesas deu-se em decorrência do lançamento de opções a colaboradores reconhecidas no período.

Outras receitas e (despesas), líquidas

Outras receitas e (despesas), líquidas da Companhia diminuíram em R\$ 0,4 milhão, alcançando uma perda de R\$1,6 milhão em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$1,2 milhões no mesmo período de 2019. Essa redução deu-se em decorrência do complemento de provisões trabalhistas e cíveis na ordem de R\$ 0,5 milhão, referentes a dois novos processos, um de R\$ 0,3 milhão e outro de R\$ 0,2 milhão, conforme evidenciado na nota explicativa número 28 da demonstração financeira intermediária (ITR) do terceiro trimestre de 2020.

Lucro (prejuízo) operacional

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, o Lucro (prejuízo) operacional da Companhia aumentou 24,8%, passando de um lucro R\$18,3 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 para R\$22,8 milhões no mesmo período de 2020, representando um aumento de R\$4,5 milhões. Este aumento ocorreu devido às variações mencionadas acima.

Receitas (despesas) financeiras, líquidas

As Receitas (despesas) financeiras da Companhia reduziram em R\$1,4 milhões, mas ainda representou um resultado líquido negativo de R\$8,6 milhões em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$10,0 milhões de resultado líquido negativo no mesmo período de 2019. Esta redução deu-se em decorrência de menores juros sobre contas a pagar de aquisições de participações durante o período, devido a financiamentos com exposição a taxas pós-fixadas que geraram benefício pela taxa de juro atual no país e, também, por outros custos relacionados a reestruturação da dívida em 2019.

Lucro (prejuízo) Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

Devido às variações mencionadas acima, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, o lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social da Companhia aumentou R\$5,9 milhões, passando de um lucro de R\$8,3 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 para um resultado positivo de R\$14,2 milhões no mesmo período de 2020.

Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e contribuição social da Companhia aumentou em R\$2,6 milhões, alcançando R\$5,6 milhões em 30 de setembro de 2020, comparado a um resultado de R\$3,0 milhões no mesmo período de 2019. O aumento das despesas com imposto de renda e contribuição social no período findo em 30 de setembro de 2020 se refere principalmente ao lucro fiscal em superior neste período em comparação ao mesmo período em 2019. Outro fator é referente à amortização fiscal do ágio da Accera, a partir de set/2019, no qual foi constituído IR e CS diferidos, assim em 2019 são 04 meses de amortização e em 2020 são 09 meses de amortização.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Lucro Líquido do Período

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, o lucro líquido da Companhia aumentou R\$3,3 milhões, passando de um lucro líquido de R\$5,3 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 para um lucro líquido R\$8,6 milhões no mesmo período de 2020. Este aumento ocorreu devido à principalmente a redução de despesas operacionais e financeiras ao longo do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020.

COMPARAÇÃO ENTRE OS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(em R\$ milhares)	31/12/2019	AV (%)	31/12/2018	AV (%)	AH (%)
Receita líquida de vendas	207.099	100,0%	177.028	100,0%	17,0%
Custo dos serviços prestados	(61.956)	(29,9%)	(55.625)	(31,4%)	11,4%
Lucro Bruto	145.143	70,1%	121.403	68,6%	19,6%
Receitas (despesas) operacionais	(116.367)	(56,2%)	(99.409)	(56,2%)	17,1%
Despesas com Vendas	(29.796)	(14,4%)	(29.521)	(16,7%)	0,9%
Despesas gerais e administrativas	(55.073)	(26,6%)	(45.711)	(25,8%)	20,5%
Pesquisa e gastos com software	(31.041)	(15,0%)	(18.051)	(10,2%)	72,0%
Outras receitas e (despesas), líquidas	(457)	(0,2%)	(6.126)	(3,5%)	(92,5%)
Lucro/(prejuízo) operacional	28.776	13,9%	21.994	12,4%	30,8%
Receitas financeiras	1.755	0,8%	1.558	0,9%	12,6%
Despesas financeiras	(16.869)	(8,1%)	(5.757)	(3,3%)	193,0%
Resultado de equivalência patrimonial	0	0,0%	(37)	(0,0%)	(100,0%)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	13.662	6,6%	17.758	10,0%	(23,1%)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(2.819)	(1,4%)	(2.049)	(1,2%)	37,6%
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(2.189)	(1,1%)	(3.783)	(2,1%)	(42,1%)
Lucro líquido do exercício	8.654	4,2%	11.926	6,7%	(27,4%)
Lucro líquido do exercício atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores	8.654	4,2%	11.926	6,7%	(27,4%)

Receita Líquida de Vendas

No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2019, a receita líquida de vendas da Companhia aumentou 17,0%, passando de R\$177,0 milhões no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$207,1 milhões no mesmo período de 2019, representando um aumento de R\$30,1 milhões. Este aumento ocorreu principalmente devido a consolidação das receitas provenientes da aquisição da Accera Sistemas Estratégicos a partir de 31 de outubro de 2018, data em que a aquisição foi consumada.

Custo dos Serviços Prestados

No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2019, o custo dos serviços prestados da Companhia aumentou 11,4%, passando de R\$55,6 milhões no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$62,0 milhões no mesmo período de 2019, representando um aumento de R\$6,4 milhões. Apesar do aumento em termos absolutos do custo no período mais recente, observou-se uma redução em relação ao respectivo percentual da receita líquida variando de 31,4% no ano de 2018 para 29,9% no mesmo período de 2019. Esta movimentação reflete os ganhos de eficiência e sinergias operacionais derivados da aquisição da Accera.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Lucro Bruto

No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2019, o lucro bruto da Companhia aumentou 19,6%, passando de R\$121,4 milhões no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$145,1 milhões no mesmo período de 2019, representando um aumento de R\$23,7 milhões. Este aumento ocorreu em função do aumento de custos e receitas mencionados no parágrafo anterior.

Receitas (Despesas) Operacionais

No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2019, as despesas operacionais da Companhia aumentaram 17,1%, passando de R\$99,4 milhões no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$116,4 milhões no mesmo período de 2019, representando um aumento de R\$17,0 milhões. Este aumento ocorreu devido principalmente às despesas extraordinárias incorridas da aquisição da Accera bem como despesas incorridas com a migração da plataforma para a nuvem, resultando em aumento de despesas relacionadas a que devem ser responsáveis por economias de médio a longo prazo.

Despesas com vendas

As despesas com vendas da Companhia permaneceram relativamente estáveis no período, alcançando R\$29,8 milhões em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$29,5 milhões no mesmo período de 2018. Apesar da aquisição da Accera, as sinergias extraídas colaboraram para a manutenção das despesas com vendas.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas da Companhia aumentaram em R\$9,4 milhões ou 20,5%, alcançando R\$55,1 milhões em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$45,7 milhões no mesmo período de 2018. Este aumento deu-se em decorrência do aumento de despesas com amortização de ágio que foi gerado na aquisição da Accera Sistemas Estratégicos S.A.

Pesquisa e gastos com software

As despesas com pesquisa e gastos com software da Companhia aumentaram em R\$12,9 milhões ou 72,0%, alcançando R\$31,0 milhões em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$18,1 milhões no mesmo período de 2018. Este aumento deu-se em parte em função da incorporação da Accera Sistemas Estratégicos S.A. Aumentamos nossa equipe de desenvolvimento com a retenção da equipe de P&D da adquirida, uma das motivações estratégicas da aquisição.

Outras receitas e (despesas), líquidas

Outras receitas e (despesas), líquidas da Companhia totalizaram valor negativo de R\$0,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, comparado a uma despesa líquida de R\$6,1 milhões no mesmo período de 2018. Esta redução das despesas deu-se em decorrência principalmente da redução de despesas extraordinárias com consultores, assessores legais e financeiros para execução da aquisição da Accera Sistemas Estratégicos S.A, que foi fechada em 31 de outubro de 2018.

Lucro (prejuízo) operacional

Em razão das variações acima, no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2019, o lucro/(prejuízo) operacional da Companhia aumentou 30,8%, passando de R\$22,0 milhões no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$28,8 milhões no mesmo período de 2019, representando um aumento de R\$6,8 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Receitas e (despesas) financeiras, líquidas

As receitas (despesas) financeiras, líquidas da Companhia aumentou em R\$10,9 milhões, totalizando um resultado líquido negativo de R\$15,1 milhões em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$4,2 milhões de resultado líquido negativo no mesmo período de 2018. Este aumento deu-se em decorrência dos custos de estruturação de debêntures e juros sobre contas a pagar derivado do financiamento obtido para efetuar a aquisição da Accera Sistemas Estratégicos.

Lucro (prejuízo) Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2019, o resultado antes do imposto de renda e da contribuição social da Companhia diminuiu R\$4,1 milhões, passando de R\$17,8 milhões no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2018 para um resultado de R\$13,7 milhões no mesmo período de 2019. Esta diminuição ocorreu principalmente das amortizações de ágio geradas na aquisição da Accera Sistemas Estratégicos S.A e despesas referentes ao endividamento da Companhia.

Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e contribuição social da Companhia diminuiu em R\$0,8 milhões, alcançando R\$5,0 milhões em 31 de dezembro de 2019, comparado a um resultado de R\$5,8 milhões no mesmo período de 2019. A oscilação se deve ao fato de que, em 2019, a Companhia teve uma diminuição do lucro fiscal em relação à 2018.

Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício

No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2019, o lucro líquido da Companhia totalizou R\$8,7 milhões, em comparação a um lucro líquido de R\$11,9 milhões no mesmo período em 2018, representando uma diminuição de R\$3,2 milhões. Esta diminuição ocorreu, em linhas gerais, devido principalmente a amortização do ágio gerado na aquisição da Accera Sistemas Estratégicos S.A e custos referentes ao endividamento da Companhia.

COMPARAÇÃO ENTRE OS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(em R\$ milhares)	31/12/2018	AV (%)	31/12/2017	AV (%)	AH (%)
Receita líquida de vendas	177.028	100,0%	163.701	100,0%	8,1%
Custo dos serviços prestados	(55.625)	(31,4%)	(56.479)	(34,5%)	(1,5%)
Lucro Bruto	121.403	68,6%	107.222	65,5%	13,2%
Receitas (despesas) operacionais	(99.409)	(56,2%)	(95.213)	(58,2%)	4,4%
Despesas com Vendas	(29.521)	(16,7%)	(33.066)	(20,2%)	(10,7%)
Despesas gerais e administrativas	(45.711)	(25,8%)	(39.947)	(24,4%)	14,4%
Pesquisa e gastos com software	(18.051)	(10,2%)	(19.664)	(12,0%)	(8,2%)
Outras receitas e (despesas), líquidas	(6.126)	(3,5%)	(2.536)	(1,5%)	141,6%
Lucro (prejuízo) operacional	21.994	12,4%	12.009	7,3%	83,1%
Receitas financeiras	1.558	0,9%	3.561	2,2%	(56,2%)
Despesas financeiras	(5.757)	(3,3%)	(5.552)	(3,4%)	3,7%
Resultado de equivalência patrimonial	(37)	(0,0%)	8	0,0%	(562,5%)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	17.758	10,0%	10.026	6,1%	77,1%
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(2.049)	(1,2%)	(1.202)	(0,7%)	70,5%
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(3.783)	(2,1%)	(1.027)	(0,6%)	268,4%
Lucro líquido do exercício	11.926	6,7%	7.797	4,8%	53,0%
Lucro líquido do exercício atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores	11.926	6,7%	7.797	4,8%	53,0%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Receita Líquida de Vendas

No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2018, a receita líquida de vendas da Companhia aumentou 8,1%, passando de R\$163,7 milhões no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2017 para R\$177,0 milhões no mesmo período de 2018, representando um aumento de R\$13,3 milhões. Este aumento ocorreu devido à consolidação da Accera Sistemas Estratégicos a partir de novembro de 2018, quando as receitas foram combinadas.

Custo dos Serviços Prestados

No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2018, o custo dos serviços prestados da Companhia diminuiu 1,5%, passando de R\$56,5 milhões no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2017 para R\$55,6 milhões no mesmo período de 2018. Esta diminuição deu-se em decorrência do menor custo com parceiros, derivado do encerramento do contrato de parceria firmado com a Nielsen Company na época que tinha um custo elevado para a Companhia.

Lucro Bruto

Em razão das variações acima, no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2018, o lucro bruto da Companhia aumentou 13,2%, passando de R\$107,2 milhões no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2017 para R\$121,4 milhões no mesmo período de 2018, representando um aumento de R\$14,2 milhões.

Receitas (Despesas) Operacionais

No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2018, as despesas operacionais da Companhia aumentaram 4,4%, passando de R\$5,2 milhões no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2017 para R\$99,4 milhões no mesmo período de 2018, representando um aumento de R\$4,2 milhões. Este aumento ocorreu principalmente devido à amortização de ágio relacionada à aquisição da Accera.

Despesas com Vendas

As despesas com vendas da Companhia diminuíram em R\$3,6 milhões ou 10,7%, alcançando R\$29,5 milhões em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$33,1 milhões no mesmo período de 2017. Esta diminuição deu-se em decorrência da otimização do quadro de colaboradores na área de vendas e menor volume de investimentos em marketing.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas da Companhia aumentaram em R\$5,8 milhões ou 14,4%, alcançando R\$45,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$39,9 milhões no mesmo período de 2017. Este aumento deu-se em decorrência de despesas com a incorporação da Accera Sistemas Estratégicos S.A em novembro de 2018, amortização de ágio de mais valia e pagamento do programa de participação nos resultados por atingimento de metas.

Pesquisa e gastos com software

As despesas com pesquisa e gastos com softwares da Companhia diminuíram em R\$1,6 milhões ou 8,2%, alcançando R\$18,1 milhões em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$19,7 milhões no mesmo período de 2017. Esta diminuição deu-se em decorrência redução de despesas com salários e benefícios em P&D.

Outras receitas e (despesas), líquidas

As outras receitas e (despesas), líquidas da Companhia totalizaram R\$6,1 milhões em 31 de dezembro de 2018, comparado a uma despesa líquida de R\$2,5 milhões no mesmo período de 2017. Este aumento deu-se em decorrência de despesas extraordinárias derivadas do processo de aquisição da Accera Sistemas Estratégicos S.A.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Lucro (prejuízo) operacional

No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2018, o lucro/(prejuízo) operacional da Companhia aumentou 83,1%, passando de R\$12,0 milhões no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2017 para R\$22,0 milhões no mesmo período de 2018, representando um aumento de R\$10,0 milhões. Este aumento ocorreu devido substancialmente ao incremento de faturamento nos dois últimos meses de 2018 associado a uma redução de despesas operacionais conforme mencionado acima.

Receitas (despesas) financeiras, líquidas

As receitas (despesas) financeiras, líquidas da Companhia aumentaram em R\$2,2 milhões, totalizando um resultado líquido negativo de R\$4,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, comparado com um resultado líquido negativo de R\$2,0 milhões no mesmo período de 2017. Este aumento no resultado negativo em 2018, ocorreu pela redução de R\$0,6 milhão nas receitas com aplicações financeiras e pelo fato de que a Companhia não teve neste ano os efeitos líquidos das atualizações, juros e multas, oriundos da adesão ao PERT, (Programa Especial de Reestruturação Tributária), que em 2017 gerou uma receita de R\$ 1,6 milhões. As despesas financeiras por sua vez, tiveram em 2018 um aumento líquido de R\$ 0,2 milhão, impulsionado principalmente pela rubrica de juros sobre contas a pagar de aquisição de investimento, inexistente em 2017.

Lucro (prejuízo) Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

Em razão das variações mencionadas, no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2018, o resultado antes do imposto de renda e contribuição social da Companhia aumentou R\$7,8 milhões, passando de R\$10,0 milhões no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2017 para R\$17,8 milhões no mesmo período de 2018.

Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e contribuição social corrente da Companhia aumentou em R\$0,8 milhões, alcançando R\$2,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$1,2 milhões no mesmo período de 2017. A oscilação é reflexo do aumento no lucro gerado no ano de 2018 se comparado a 2017. A base fiscal tributada em 2018 foi superior ao ano anterior.

O imposto diferido no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2018 por sua vez totalizou R\$3,8 milhões, em comparação ao valor de R\$1,0 milhões no mesmo período de 2017.

Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício

No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2018, o lucro líquido da Companhia totalizou R\$11,9 milhões, em comparação a um lucro líquido de R\$7,8 milhões no mesmo período em 2017, representando um aumento de R\$4,1 milhões. Este aumento ocorreu devido ao resultado operacional positivo decorrente do incremento de faturamento das diferentes operações, atrelado a adequação do quadro de funcionários e redução de despesas administrativas, compensados parcialmente com redução das receitas financeiras e aumento de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**BALANÇO PATRIMONIAL****COMPARAÇÃO ENTRE OS SALDOS DAS CONTAS PATRIMONIAIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

(em R\$ milhares)	30/09/2020	AV (%)	31/12/2019	AV (%)	AH (%)
ATIVO					
Circulante	92.595	27,6%	80.261	24,0%	15,4%
Caixa e equivalentes de caixa	36.198	10,8%	24.908	7,5%	45,3%
Contas a receber de clientes	33.735	10,1%	29.777	8,9%	13,3%
Tributos a recuperar	6.241	1,9%	11.873	3,6%	(47,4%)
Adiantamentos	2.268	0,7%	1.146	0,3%	97,9%
Despesas antecipadas	4.492	1,3%	3.599	1,1%	24,8%
Serviços entregues a faturar	8.779	2,6%	5.411	1,6%	62,2%
Outros créditos	882	0,3%	3.547	1,1%	(75,1%)
Não Circulante	242.900	72,4%	253.520	76,0%	(4,2%)
Realizável a longo prazo	1.686	0,5%	1.633	0,5%	3,2%
Despesas antecipadas	649	0,2%	721	0,2%	(10,0%)
Outros créditos	1.037	0,3%	912	0,3%	13,7%
Ativos de direito de uso	7.658	2,3%	12.117	3,6%	(36,8%)
Imobilizado	5.441	1,6%	4.750	1,4%	14,6%
Intangível	228.115	68,0%	235.022	70,4%	(2,9%)
Total do ativo	335.495	100,0%	333.783	100,0%	0,5%
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Passivo Circulante	81.126	24,2%	67.643	20,3%	19,9%
Fornecedores e outras contas a pagar	7.014	2,1%	6.268	1,9%	11,9%
Empréstimos e financiamentos	26.947	8,0%	18.678	5,6%	44,3%
Obrigações sociais e trabalhistas	18.158	5,4%	14.515	4,3%	25,1%
Impostos e contribuições a recolher	6.094	1,8%	5.002	1,5%	21,8%
Provisões de custos e despesas	10.769	3,2%	6.719	2,0%	60,3%
Obrigações por aquisição de investimentos	0	0,0%	2.359	0,7%	(100,0%)
Passivo de arrendamento	3.395	1,0%	5.367	1,6%	(36,7%)
Receitas diferidas	8.749	2,6%	8.735	2,6%	0,2%
Passivo Não Circulante	117.183	34,9%	128.851	38,6%	(9,1%)
Empréstimos e financiamentos	85.348	25,4%	97.520	29,2%	(12,5%)
Tributos diferidos	29.064	8,7%	26.698	8,0%	8,9%
Provisão para contingências	742	0,2%	173	0,1%	328,9%
Passivo de arrendamento	2.029	0,6%	4.460	1,3%	(54,5%)
Patrimônio Líquido	137.186	40,9%	137.289	41,1%	(0,1%)
Capital social	132.408	39,5%	132.408	39,7%	0,0%
Ágio em transações de capital	(16.016)	(4,8%)	(16.016)	(4,8%)	0,0%
Opções outorgadas	1.393	0,4%	0	0,0%	-
Ajustes acumulados de conversão	4.999	1,5%	2.075	0,6%	140,9%
Reservas de lucros	27.744	8,3%	19.164	5,7%	44,8%
Ações em Tesouraria	(13.342)	(4,0%)	(342)	(0,1%)	3801,2%
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	335.495	100,0%	333.783	100,0%	0,5%

ATIVO

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, a Companhia apresentou um aumento de seus ativos de R\$1,7 milhões em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, permanecendo relativamente estável no período analisado. Este resultado foi motivado, principalmente, pelas amortizações dos ágios com vida útil definida e das amortizações dos direitos de uso de arrendamento mercantil.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ativo Circulante

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, o ativo circulante da Companhia aumentou 15,4%, passando de R\$80,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 para R\$92,6 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, representando um aumento de R\$12,3 milhões. Este aumento ocorreu, principalmente, à geração de caixa das operações durante o período pela redução nas despesas operacionais devido a pandemia do Covid-19, no qual muitos gastos previstos não foram concretizados, e mantendo as vendas no mesmo patamar do ano anterior.

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa da Companhia aumentou em R\$11,3 milhões ou 45,3%, alcançando R\$36,2 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$24,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Este aumento deu-se em decorrência do resultado operacional da Companhia, suprimindo necessidades de investimento no período e cobrindo a amortização de financiamentos adquiridos anteriormente.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes da Companhia aumentaram em R\$3,9 milhões ou 13,3%, alcançando R\$33,7 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$29,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Este aumento deu-se em decorrência do maior volume de contas a receber por aumento no faturamento em R\$1,6 milhão no terceiro trimestre de 2020 sobre o quarto trimestre de 2019. Contribuiu ainda com o aumento do contas a receber a variação cambial do dólar na conversão para reais nos recebíveis das subsidiárias internacionais, sendo o dólar de fechamento setembro de 2020 de R\$ 5,64 e em de dezembro de 2019 de R\$4,03, correspondendo assim a 39,9% de variação. Vale salientar, que durante a pandemia, o nível de inadimplência se manteve em patamares aceitáveis para a Diretoria.

Serviços entregues a faturar

Os serviços entregues a faturar da Companhia aumentaram em R\$3,4 milhões ou 62,2%, alcançando R\$8,8 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$5,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Este aumento deu-se em decorrência do maior volume de faturamento entre quarto trimestre de 2019 e o terceiro trimestre de 2020. A Companhia salienta que entre agosto e setembro de 2020 houve adequação no processo interno de faturamento gerando pontualmente restrição de emitir notas fiscais contra determinados clientes, o que também contribuiu para o aumento dos serviços entregues a faturar, porém, a receita foi reconhecida de acordo com o período de competência.

Outros ativos circulantes

Os outros ativos circulantes da Companhia diminuíram em R\$6,3 milhões ou 31,2%, alcançando R\$13,9 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$20,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Esta diminuição deu-se principalmente em decorrência de um menor montante de impostos a recuperar e a redução de outros créditos.

Ativo Não Circulante

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, o ativo não circulante da Companhia diminuiu 4,2%, passando de R\$253,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 para R\$242,9 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, representando uma diminuição de R\$10,6 milhões. Esta diminuição ocorreu principalmente devido à amortização de mais valia da aquisição da Accera Sistemas Estratégicos e de amortização de ativos de direitos de arrendamento mercantil.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Imobilizado e ativos de direito de uso

O imobilizado da Companhia aumentou em R\$0,7 milhões ou 14,6%, alcançando R\$5,4 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$4,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Este aumento deu-se em decorrência do volume de investimentos com renovação de parque de máquinas e revitalização dos escritórios.

Em contrapartida os ativos de direito de uso diminuíram em R\$4,4 milhões ou 36,8%, alcançando R\$7,7 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, em comparação ao montante de R\$12,1 milhões no exercício social findo em 31 em dezembro de 2019. Esta redução se dá pela amortização durante o prazo dos contratos de arrendamentos.

Intangível

O intangível da Companhia diminuiu em R\$6,9 milhões ou 2,9%, alcançando R\$228,1 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$235,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Esta diminuição deu-se principalmente em decorrência da amortização de mais valia derivada da aquisição da Accera Sistemas Estratégicos S.A no final do ano de 2018.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, a Companhia apresentou um aumento em seus passivos e patrimônio líquido de R\$1,7 milhões em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Este aumento foi motivado, principalmente, pelo aumento de reservas de lucros dado o resultado observado no período.

Passivo Circulante

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, o passivo circulante da Companhia aumentou 19,9%, passando de R\$67,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 para R\$81,1 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, representando um aumento de R\$13,5 milhões. Este aumento ocorreu devido as variações mencionadas abaixo.

Fornecedores e outras contas a pagar

Os fornecedores e outras contas a pagar da Companhia representaram um aumento em R\$0,7 milhões ou 11,9%, alcançando R\$7,0 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$6,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Este aumento deu-se em decorrência da maior atividade operacional da Companhia no período.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos de curto prazo da Companhia aumentaram em R\$8,2 milhões ou 44,3%, alcançando R\$26,9 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$18,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Este aumento deu-se em decorrência da apropriação de parcelas a vencer no curto prazo em relação a debenture emitida em 2019 a partir do cumprimento do período de carência do pagamento das parcelas.

Obrigações sociais e trabalhistas

As obrigações sociais e trabalhistas da Companhia aumentaram em R\$3,7 milhões ou 25,1%, alcançando R\$18,2 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$14,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Este aumento deu-se em decorrência dos aumentos de provisão férias e décimo terceiro ao longo do exercício e pagamento de prêmios e bonificações por atingimento de metas de resultado operacional.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Provisão de custos e despesas

A provisão de custos e despesas da Companhia aumentou em R\$4,1 milhões ou 60,3%, alcançando R\$10,8 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$6,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Este aumento deu-se em decorrência de maior provisão para pagamento de comissionamento e bônus sobre volume de vendas.

Outros passivos circulantes

Os outros passivos circulantes da Companhia diminuíram em R\$3,3 milhões ou 15,3%, alcançando R\$18,2 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$21,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Esta diminuição deu-se principalmente em decorrência da amortização dos passivos de arrendamento mercantil e liquidação das obrigações por aquisição de investimentos.

Passivo Não Circulante

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, o passivo não circulante da Companhia diminuiu 9,1%, passando de R\$128,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 para R\$117,2 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, representando uma diminuição de R\$11,7 milhões. Esta redução ocorreu devido ao menor nível de empréstimos e financiamentos no longo prazo.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos da Companhia diminuíram em R\$12,2 milhões ou 12,5%, alcançando R\$85,3 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$97,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Essa diminuição deu-se em decorrência da transferência para curto prazo das parcelas vincendas das obrigações das debentures.

Tributos diferidos

Os tributos diferidos da Companhia aumentaram em R\$2,4 milhões ou 8,9%, alcançando R\$29,1 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$26,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Outros passivos não circulantes

Os outros passivos não circulantes da Companhia diminuíram em R\$1,8 milhões ou 40,2%, alcançando R\$2,8 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$4,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Esta redução deu-se em decorrência da transferência de passivos de arrendamento mercantil do longo prazo para o curto prazo.

Patrimônio Líquido

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, o patrimônio líquido da Companhia diminuiu 0,1%, passando de R\$137,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 para R\$137,2 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, representando uma diminuição de R\$0,1 milhões. Esta diminuição ocorreu principalmente devido à recompra de ações preferenciais de acionistas minoritários.

Capital social

O capital social da Companhia permaneceu estável em R\$132,4 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*Reservas de lucros*

As reservas de lucros da Companhia aumentaram em R\$8,5 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, passando de R\$19,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 para R\$27,7 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020. Este aumento deu-se em decorrência do resultado auferido no período analisado.

Ajustes acumulados de conversão

Os ajustes acumulados de conversão da Companhia aumentaram em R\$2,9 milhões, alcançando R\$5,0 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$2,1 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Este aumento deu-se em decorrência de efeitos de ajustes de conversão das taxas cambiais.

Ações em tesouraria

Ações em tesouraria da Companhia aumentaram em R\$13,0 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, passando de R\$0,3 milhões para R\$13,3 milhões no período analisado. Este aumento deu-se em decorrência da recompra de ações preferenciais de acionistas minoritários. As ações em tesouraria reduzem o valor do patrimônio líquido da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**COMPARAÇÃO ENTRE OS SALDOS DAS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

(em R\$ milhares)	31/12/2019	AV (%)	31/12/2018	AV (%)	AH (%)
ATIVO					
Circulante	80.261	24,0%	75.663	21,9%	6,1%
Caixa e equivalentes de caixa	24.908	7,5%	18.249	5,3%	36,5%
Contas a receber de clientes	29.777	8,9%	33.519	9,7%	(11,2%)
Tributos a recuperar	11.873	3,6%	13.938	4,0%	(14,8%)
Adiantamentos	1.146	0,3%	1.650	0,5%	(30,5%)
Despesas antecipadas	3.599	1,1%	4.637	1,3%	(22,4%)
Serviços entregues a faturar	5.411	1,6%	2.567	0,7%	110,8%
Outros créditos	3.547	1,1%	1.103	0,3%	221,6%
Não Circulante	253.522	76,0%	270.204	78,1%	(6,2%)
Realizável a longo prazo	1.633	0,5%	8.518	2,5%	(80,8%)
Tributos a Recuperar	0	0,0%	1.225	0,4%	(100,0%)
Despesas antecipadas	721	0,2%	2.234	0,6%	(67,7%)
Outros créditos	912	0,3%	3.451	1,0%	(73,6%)
Tributos diferidos	0	0,0%	1.608	0,5%	(100,0%)
Investimentos	0	0,0%	968	0,3%	(100,0%)
Ativos de direito de uso	12.117	3,6%	0	0,0%	-
Imobilizado	4.750	1,4%	13.694	4,0%	(65,3%)
Intangível	235.022	70,4%	247.024	71,4%	(4,9%)
Total do ativo	333.783	100,0%	345.867	100,0%	(3,5%)
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Passivo Circulante	67.643	20,3%	100.178	29,0%	(32,5%)
Fornecedores e outras contas a pagar	6.268	1,9%	6.883	2,0%	(8,9%)
Empréstimos e financiamentos	18.678	5,6%	5.777	1,7%	223,3%
Obrigações sociais e trabalhistas	14.515	4,3%	19.424	5,6%	(25,3%)
Impostos e contribuições a recolher	5.002	1,5%	4.454	1,3%	12,3%
Provisão de custos e despesas	6.719	2,0%	8.633	2,5%	(22,2%)
Obrigações por aquisição de investimentos	2.359	0,7%	45.211	13,1%	(94,8%)
Passivo de arrendamento	5.367	1,6%	0	0,0%	-
Receitas diferidas	8.735	2,6%	9.796	2,8%	(10,8%)
Passivo Não Circulante	128.851	38,6%	115.369	33,4%	11,7%
Empréstimos e financiamentos	97.520	29,2%	41.506	12,0%	135,0%
Tributos diferidos	26.698	8,0%	27.760	8,0%	(3,8%)
Provisão para passivo a descoberto	0	0,0%	36	0,0%	(100,0%)
Obrigações por aquisição de investimentos	0	0,0%	44.923	13,0%	(100,0%)
Provisão para contingências	173	0,1%	211	0,1%	(18,0%)
Receitas diferidas	0	0,0%	933	0,3%	(100,0%)
Passivo de arrendamento	4.460	1,3%	0	0,0%	-
Patrimônio Líquido	137.289	41,1%	130.320	37,7%	5,3%
Capital social	132.408	39,7%	133.339	38,6%	(0,7%)
Ágio em transações de capital	(16.016)	(4,8%)	(16.016)	(4,6%)	0,0%
Ajustes acumulados de conversão	2.075	0,6%	2.487	0,7%	(16,6%)
Reservas de lucros	19.164	5,7%	10.778	3,1%	77,8%
Ações em Tesouraria	(342)	(0,1%)	(268)	(0,1%)	27,6%
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	333.783	100,0%	345.867	100,0%	(3,5%)

ATIVO

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou uma diminuição em seus ativos de 3,5% ou R\$12,1 milhões em relação ao mesmo período de 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ativo Circulante

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante da Companhia aumentou 6,1% ou R\$4,6 milhões, passando de R\$75,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, para R\$80,3 milhões no mesmo período de 2019. Esse aumento ocorreu principalmente devido aos fatores abaixo descritos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa da Companhia aumentaram em R\$6,7 milhões ou 36,5%, alcançando R\$24,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$18,2 milhões no mesmo período de 2018. Este aumento deu-se em decorrência da geração de caixa resultante das operações da Companhia.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes da Companhia diminuíram em R\$3,7 milhões ou 11,2%, alcançando R\$29,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$33,5 milhões no mesmo período de 2018. Esta diminuição deu-se em decorrência de um menor montante a receber de clientes no exterior devido a um aumento marginal do reconhecimento de perdas sobre títulos a vencer no período.

Outros ativos circulantes

Os outros ativos circulantes da Companhia aumentaram em R\$1,7 milhão ou 7,0%, alcançando R\$25,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$23,9 milhões no mesmo período de 2018. Esta variação deu-se em decorrência, principalmente, do aumento de serviços entregues a faturar e contas a receber derivado alienação de investimento na Trace One.

Ativo Não Circulante

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, o ativo não circulante da Companhia diminuiu 6,2% ou R\$16,7 milhões, passando de R\$270,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$253,5 milhões no mesmo período de 2019. Esse aumento ocorreu devido aos fatores abaixo descritos.

Despesas antecipadas

As despesas antecipadas da Companhia diminuíram em R\$1,5 milhões ou 67,7%, alcançando R\$0,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$2,2 milhões no mesmo período de 2018. Esta diminuição deu-se em decorrência da apropriação de aluguel de software.

Outros créditos

Outros créditos da Companhia diminuíram em R\$2,6 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2019, totalizando R\$0,9 milhão em comparação ao saldo de R\$3,5 milhões no mesmo período de 2018. Esta movimentação é decorrente da redução de tributos a recuperar e transferência para curto prazo de valor a receber derivado de alienação de investimento na Trace One.

Imobilizado e ativos de direito de uso

O imobilizado da Companhia diminuiu em R\$9,0 milhões ou 65,3%, alcançando R\$4,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$13,7 milhões no mesmo período de 2018. Em contrapartida, com a adoção do IFRS 16, os ativos de direito de uso totalizaram R\$12,1 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Intangível

O intangível da Companhia diminuiu em R\$12,0 milhões ou 4,9%, alcançando R\$235,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$247,0 milhões no mesmo período de 2018. Esta redução deu-se principalmente em decorrência da amortização de mais valia gerada pela aquisição da Accera Sistemas Estratégicos.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou uma diminuição em seus passivos e patrimônio líquido de 3,5% ou R\$12,1 milhões em relação ao mesmo período de 2018.

Passivo Circulante

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, o passivo circulante da Companhia diminuiu 32,6% ou R\$32,6 milhões, passando de R\$100,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, para R\$67,6 milhões no mesmo período de 2019. Essa diminuição ocorreu principalmente devido aos fatores abaixo descritos.

Fornecedores e outras contas a pagar

O passivo de fornecedores e outras contas a pagar da Companhia diminuiu R\$0,6 milhão no período findo em 31 de dezembro de 2019, comparado ao saldo de R\$6,9 milhões no mesmo período de 2018, uma redução de 8,9%.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos de curto prazo representaram um aumento de R\$12,9 milhões no passivo circulante no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, ou um aumento de 223.3% em relação ao mesmo período de 2018. Esta variação deu-se em decorrência das parcelas devidas no curto prazo em relação a debênture contratada em 19 de setembro de 2019 no valor total de R\$110,0 milhões. Para mais informações sobre as debêntures ver item 3.8 deste Formulário de Referência.

Obrigações sociais e trabalhistas

As obrigações sociais e trabalhistas da Companhia diminuíram em R\$4,9 milhões ou 25,3%, alcançando R\$14,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$19,4 milhões no mesmo período de 2018. Esta variação ocorreu devido a menor despesa com pessoal em função de reestruturação e sinergias a partir da aquisição da Accera Sistemas Estratégicos S.A.

Obrigações por aquisição de investimentos

As obrigações por aquisição de investimentos da Companhia aumentaram em R\$42,8 milhões ou 94,8%, alcançando R\$2,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$45,2 milhões no mesmo período de 2018. Esta variação ocorreu devido a liquidação de obrigações relacionadas à aquisição da Accera Sistemas Estratégicos S.A.

Outros passivos circulantes

Os outros passivos circulantes da Companhia aumentaram em R\$2,9 milhões ou 12,8%, alcançando R\$25,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$22,9 milhões no mesmo período de 2018. Essa diminuição deu-se, principalmente, em decorrência de (i) da redução de receitas diferidas e provisões de custos e despesas, em contrapartida (ii) aumento do saldo de impostos e contribuições a recolher e reconhecimento de passivos e arrendamento mercantil pela adoção do IFRS 16.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Passivo Não Circulante

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, o passivo não circulante da Companhia aumentou 11,7% ou R\$13,5 milhões, passando de R\$115,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$128,9 milhões no mesmo período de 2019. Esse aumento ocorreu devido aos fatores abaixo descritos.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos da Companhia representaram um aumento em R\$56,0 milhões ou 135,0%, alcançando R\$97,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$41,5 milhões no mesmo período de 2018. Este aumento deu-se em decorrência da emissão de debenture ocorrida em novembro de 2019 no valor de R\$110,0 milhões. Para mais informações sobre as debêntures ver item 3.8 deste Formulário de Referência.

Tributos diferidos

Os tributos diferidos da Companhia representaram um aumento em R\$1,1 milhões ou 3,8%, alcançando R\$26,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$27,8 milhões no mesmo período de 2018.

Outros passivos não circulantes

Os outros passivos não circulantes da Companhia diminuíram em R\$41,5 milhões ou 90,0%, alcançando R\$4,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$46,1 milhões no mesmo período de 2018. Esta diminuição deu-se em decorrência de (i) da redução de obrigações de longo prazo por aquisição de investimentos no valor total de R\$44,9 milhões pela liquidação de obrigações relacionadas à aquisição da Accera Sistemas Estratégicos S.A, em contrapartida (ii) ao reconhecimento de passivos e arrendamento mercantil pela adoção do IFRS 16.

Patrimônio Líquido

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido da Companhia aumentou 5,3% ou R\$7,0 milhões, passando de R\$130,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$137,3 milhões no mesmo período de 2019. Esta variação ocorreu devido ao aumento das reservas de lucro e redução do capital social.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**COMPARAÇÃO ENTRE OS SALDOS DAS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E EM 2017**

(em R\$ milhares)	31/12/2018	AV (%)	31/12/2017	AV (%)	AH (%)
ATIVO					
Circulante	75.663	21,9%	61.752	30,8%	22,5%
Caixa e equivalentes de caixa	18.249	5,3%	17.870	8,9%	2,1%
Contas a receber de clientes	33.519	9,7%	22.753	11,4%	47,3%
Tributos a recuperar	13.938	4,0%	12.101	6,0%	15,2%
Adiantamentos	1.650	0,5%	1.036	0,5%	59,3%
Despesas antecipadas	4.637	1,3%	3.082	1,5%	50,5%
Serviços entregues a faturar	2.567	0,7%	2.089	1,0%	22,9%
Outros créditos	1.103	0,3%	2.821	1,4%	(60,9%)
Não Circulante	270.204	78,1%	138.549	69,2%	95,0%
Realizável a longo prazo	8.518	2,5%	9.839	4,9%	(13,4%)
Tributos a Recuperar	1.225	0,4%	6.626	3,3%	(81,5%)
Despesas antecipadas	2.234	0,6%	602	0,3%	271,0%
Outros créditos	3.451	1,0%	2.611	1,3%	32,2%
Tributos diferidos	1.608	0,5%	0	0,0%	-
Investimentos	968	0,3%	968	0,5%	-
Imobilizado	13.694	4,0%	8.508	4,2%	61,0%
Intangível	247.024	71,4%	119.234	59,5%	107,2%
Total do ativo	345.867	100,0%	200.301	100,0%	72,7%
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Passivo Circulante	100.178	29,0%	46.945	23,4%	113,4%
Fornecedores e outras contas a pagar	6.883	2,0%	6.143	3,1%	12,0%
Empréstimos e financiamentos	5.777	1,7%	6.280	3,1%	(8,0%)
Obrigações sociais e trabalhistas	19.424	5,6%	14.277	7,1%	36,1%
Impostos e contribuições a recolher	4.454	1,3%	3.927	2,0%	13,4%
Provisão de custos e despesas	8.633	2,5%	8.286	4,1%	4,2%
Obrigações por aquisição de investimentos	45.211	13,1%	210	0,1%	21429,0%
Receitas diferidas	9.796	2,8%	7.822	3,9%	25,2%
Passivo Não Circulante	115.369	33,4%	39.369	19,7%	193,0%
Empréstimos e financiamentos	41.506	12,0%	23.335	11,6%	77,9%
Tributos diferidos	27.760	8,0%	15.580	7,8%	78,2%
Provisão para passivo a descoberto	36	0,0%	8	0,0%	350,0%
Obrigações por aquisição de investimentos	44.923	13,0%	0	0,0%	-
Provisão para contingências	211	0,1%	154	0,1%	37,0%
Receitas diferidas	933	0,3%	292	0,1%	219,5%
Patrimônio Líquido	130.320	37,7%	113.987	56,9%	14,3%
Capital social	133.339	38,6%	129.391	64,6%	3,1%
Ágio em transações de capital	(16.016)	(4,6%)	(16.016)	(8,0%)	0,0%
Ajustes acumulados de conversão	2.487	0,7%	2.060	1,0%	20,7%
Reservas de lucros	10.778	3,1%	(1.220)	(0,6%)	(983,4%)
Ações em Tesouraria	(268)	(0,1%)	(228)	(0,1%)	17,5%
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	345.867	100,0%	200.301	100,0%	72,7%

ATIVO

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou um aumento em seus ativos de 72,7% ou R\$145,6 milhões em relação ao mesmo período de 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ativo Circulante

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, o ativo circulante da Companhia aumentou 22,5% ou R\$13,9 milhões, passando de R\$61,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, para R\$75,7 milhões no mesmo período de 2018. Esse aumento ocorreu principalmente devido aos fatores abaixo descritos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa da Companhia aumentaram em R\$0,3 milhões ou 2,1%, alcançando R\$18,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$17,9 milhões no mesmo período de 2017. Esse aumento deu-se em decorrência da geração de caixa resultante das operações da Companhia.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes da Companhia aumentaram em R\$10,7 milhões ou 47,3%, alcançando R\$33,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$22,8 milhões no mesmo período de 2017. Este aumento deu-se em decorrência do incremento em valores a receber de clientes provindos da carteira de clientes da aquisição da Accera Sistemas Estratégicos S.A e aumento no contas a receber de clientes da operação internacional.

Outros ativos circulantes

Os outros ativos circulantes da Companhia aumentaram em R\$2,8 milhões ou 13,1%, alcançando R\$23,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$21,1 milhões no mesmo período de 2017. Esta variação deu-se em decorrência, principalmente, do aumento de impostos a recuperar e despesas antecipadas. Em contrapartida da redução da conta de outros créditos a receber de projeto realizado com subvenção da FINEP.

Ativo Não Circulante

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, o ativo não circulante da Companhia aumentou 95,0% ou R\$131,7 milhões, passando de R\$138,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 para R\$270,2 milhões no mesmo período de 2018. Esse aumento ocorreu devido aos fatores abaixo descritos.

Despesas antecipadas

As despesas antecipadas da Companhia aumentaram R\$1,6 milhão no período findo em 31 de dezembro de 2018, totalizando R\$2,2 milhões em comparação a R\$0,6 milhões no mesmo período de 2017.

Outras contas a receber

Outras contas a receber da Companhia totalizaram R\$6,3 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2018, apresentando uma redução de 32,0% em relação ao mesmo período de 2017, uma redução devida, principalmente, pela diminuição de tributos a recuperar.

Imobilizado

O imobilizado da Companhia aumentou em R\$5,2 milhões ou 61,0%, alcançando R\$13,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$8,5 milhões no mesmo período de 2017. Este aumento deu-se principalmente em decorrência da incorporação do imobilizado da Accera Sistemas Estratégicos S.A, além da aquisição de equipamentos de informática.

Intangível

O intangível da Companhia aumentou em R\$127,8 milhões ou 107,2%, alcançando R\$247,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$119,2 milhões no mesmo período de 2017. Este aumento deu-se em decorrência do reconhecimento de ágio relacionado à aquisição da Accera Sistemas Estratégicos S.A em 25 de outubro de 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou um aumento em seus passivos e patrimônio líquido de 72,7% ou R\$145,6 milhões em relação ao mesmo período de 2017.

Passivo Circulante

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, o passivo circulante da Companhia aumentou 113,4% ou R\$53,3 milhões, passando de R\$46,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, para R\$100,2 milhões no mesmo período de 2018. Esse aumento ocorreu principalmente devido aos fatores abaixo descritos.

Fornecedores e outras contas a pagar

O passivo de fornecedores e outras contas a pagar da Companhia aumentou em R\$0,7 milhão ou 12,0% no período findo em 31 de dezembro de 2018 quando comparado ao mesmo período de 2017. Este aumento deu-se em decorrência do aumento do nível de atividade operacional.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos de curto prazo diminuíram em R\$0,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, uma diminuição de 8.0% em relação ao mesmo período de 2017. Esta variação deu-se em decorrência do pagamento de arrendamentos financeiros de curto prazo.

Obrigações sociais e trabalhistas

As obrigações sociais e trabalhistas da Companhia aumentaram em R\$5,1 milhões ou 36,1%, alcançando R\$19,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$14,3 milhões no mesmo período de 2017. Esta variação ocorreu principalmente devido ao aumento das obrigações sociais e trabalhistas derivadas da incorporação da Accera Sistemas Estratégicos S.A.

Obrigações por aquisição de investimentos

As obrigações por aquisição de investimentos da Companhia aumentaram em R\$45,0 milhões, alcançando R\$45,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$0,2 milhões no mesmo período de 2017. Esta variação ocorreu devido a aquisição da Accera Sistemas Estratégicos S.A em outubro de 2018, resultando em obrigação de curto prazo.

Outros passivos circulantes

Os outros passivos circulantes da Companhia aumentaram em R\$2,9 milhões ou 14,2%, alcançando R\$22,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$20,0 milhões no mesmo período de 2017. Este aumento deu-se, principalmente, em decorrência do aumento de provisões de custos e despesas e nas receitas de serviços a entregar.

Passivo Não Circulante

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, o passivo não circulante da Companhia aumentou 193,0% ou R\$76,0 milhões, passando de R\$39,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 para R\$115,4 milhões no mesmo período de 2018. Esse aumento ocorreu devido aos fatores abaixo descritos.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos da Companhia representaram um aumento em R\$18,2 milhões ou 77,9%, alcançando R\$41,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$23,3 milhões no mesmo período de 2017. Este aumento deu-se em decorrência da contratação de financiamento de capital de giro em novembro de 2018 para pagamento da primeira parcela da aquisição da Accera Sistemas Estratégicos S.A.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Tributos diferidos

Os tributos diferidos da Companhia sofreram um aumento em R\$12,2 milhões ou 78,2%, alcançando R\$27,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$15,6 milhões no mesmo período de 2017.

Outros passivos não circulantes

Os outros passivos não circulantes da Companhia aumentaram em R\$45,6 milhões, alcançando R\$46,1 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$0,5 milhões no mesmo período de 2017. Este aumento deu-se em decorrência do incremento de R\$44,9 milhões em obrigações por aquisição de investimentos no valor total de R\$44,9 milhões.

Patrimônio Líquido

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido da Companhia aumentou 14,3% ou R\$16,3 milhões, passando de R\$114,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 para R\$130,3 milhões no mesmo período de 2018. Esta variação ocorreu devido ao aumento das reservas de lucro e aumento do capital social.

FLUXOS DE CAIXA

COMPARAÇÃO ENTRE OS SALDOS DOS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E DE 2019

(em R\$ milhares)	30/09/2020	AV (%)	30/09/2019	AV (%)	AH (%)
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	40.349	357,4%	22.393	108,5%	80,2%
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	(4.260)	(37,7%)	(27)	(0,1%)	15.677,8%
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	(24.799)	(219,7%)	(1.736)	(8,4%)	1328,5%
Aumento (diminuição) no saldo de caixa e equivalentes de caixa do exercício	11.290	100,0%	20.630	100,0%	(45,3%)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	24.908		18.249		
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	36.198		38.879		

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, a geração de caixa total da Companhia resultou em um aumento de R\$11,3 milhões no caixa e equivalentes de caixa da Companhia, enquanto o aumento no mesmo período de 2019 resultou em um incremento de caixa do exercício de R\$20,6 milhões.

Tais recursos foram aplicados, majoritariamente, nas amortizações de dívida e recompra de ações de acionistas minoritários.

Atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais apresentou um aumento de R\$17,9 milhões ou 80,2% no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 comparado ao mesmo período de 2019, passando de uma geração de caixa de R\$22,4 milhões para R\$40,3 milhões.

Este aumento deu-se, principalmente pelo aumento de lucro líquido no período de variações positivas de tributos a recuperar e provisões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento apresentou um aumento de R\$4,3 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 comparado ao mesmo período de 2019, passando de R\$0,02 milhões para R\$4,3 milhões. Os principais investimentos no período foram em aquisição de ativo imobilizado.

Atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento apresentou um aumento de R\$23,1 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 comparado ao mesmo período de 2019, passando de uma aplicação de caixa de R\$1,7 milhões para R\$24,8 milhões. Este aumento deu-se, principalmente, pela amortização de parcelas da debênture contratada durante o ano de 2019 relativas ao financiamento da aquisição da Accera e pela recompra de ações de acionistas minoritários.

COMPARAÇÃO ENTRE OS SALDOS DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(em R\$ milhares)	31/12/2019	AV (%)	31/12/2018	AV (%)	AH (%)
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	25.232	(378,9%)	23.358	6.163,1%	(8%)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	(87.284)	1.318,0%	41.428	10.930,9%	(310,7%)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	68.722	1032,0%	18.449	4.867,8%	272,5%
Aumento (diminuição) no saldo de caixa e equivalentes de caixa do exercício	6.659	100,0%	379	100,0%	1657,0%
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	18.249		17.870		
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	24.908		18.249		

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, a geração de caixa total da Companhia resultou em um aumento de R\$6,7 milhões no caixa e equivalentes de caixa da Companhia, comparado a um aumento de R\$0,4 milhões no mesmo período de 2018.

Tais recursos foram aplicados parcialmente na aquisição de ativo imobilizado.

Atividades operacionais

O caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais apresentou uma redução de R\$1,8 milhões no exercício social findo em 30 de dezembro de 2019 comparado ao mesmo período de 2018, passando de uma geração de caixa de R\$23,4 milhões para um consumo de caixa de R\$25,2 milhões.

Esta diminuição deu-se, principalmente, em decorrência (i) do pagamento de obrigações adquiridas por aquisição de investimentos no montante de R\$87,8 milhões em comparação a um saldo positivo de obrigações por aquisições de investimentos em 2018 de R\$89,9 milhões; e (ii) do pagamento de obrigações sociais no montante de R\$4,9 milhões.

Atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento apresentou uma diminuição de R\$128,7 milhões no exercício social findo em 30 de dezembro de 2019 comparado ao mesmo período de 2018, passando de uma geração de caixa de R\$41,4 milhões para uma aplicação de caixa de R\$87,3 milhões.

Os principais montantes de investimentos no período estão relacionados ao reconhecimento de direito de uso pela adoção do IFRS 16 no valor líquido de R\$5,0 milhões e também pela flutuação do reconhecimento do ativo intangível de R\$ 122,8 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Atividades de financiamento

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento apresentou um aumento de R\$50,3 milhões no exercício social findo em 30 de dezembro de 2019 comparado ao mesmo período de 2018, passando de uma geração de caixa de R\$18,4 milhões para R\$68,7 milhões.

Este aumento deu-se, principalmente, pela contratação de debênture no montante total de R\$110,0 milhões durante o período findo em 31 de dezembro de 2019 para fins de financiamento da aquisição da Accera, compensado parcialmente com pagamentos de empréstimos.

COMPARAÇÃO ENTRE OS SALDOS DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(em R\$ milhares)	31/12/2018	AV (%)	31/12/2017	AV (%)	AH (%)
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	23.358	6163,7%	22.769	450,0%	2,6%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	41.428	(10930,9%)	(7.920)	(156,5%)	(623,1)%
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	18.449	4867,8%	(9.789)	(193,5%)	(288,5%)
Aumento (diminuição) no saldo de caixa e equivalentes de caixa do exercício	379	100,0%	5.060	100,0%	(92,5%)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	17.870		12.810		
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	18.249		17.870		

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, a geração de caixa total da Companhia resultou em um aumento de R\$0,4 milhões no caixa e equivalentes de caixa da Companhia, comparado a um aumento de R\$5,1 milhões no mesmo período de 2017.

Tais recursos foram majoritariamente, reinvestidos na atividade operacional.

Atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais apresentou um aumento de R\$0,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 comparado ao mesmo período de 2017, passando de uma geração de caixa de R\$22,8 milhões para R\$23,4 milhões.

Este aumento deu-se, principalmente, em decorrência (i) do resultado apurado no ano de 2018, no montante de R\$17,8 milhões, face ao lucro apurado no ano de 2017, no montante de R\$10,0 milhões; (ii) do acréscimo de obrigações por aquisição de investimentos no valor de R\$92,9 milhões em relação à aquisição da Accera.

Atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento apresentou um aumento de R\$49,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 comparado ao mesmo período de 2017, passando de uma geração de caixa de R\$7,9 milhões para um caixa gerado de R\$41,4 milhões. Este aumento deu-se em decorrência da aquisição pela controlada Neogrid Informática, da empresa Accera Sistemas Estratégicos S.A em outubro de 2018.

Atividades de financiamento

O caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento apresentou um aumento de R\$28,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 comparado ao mesmo período de 2017, passando de um consumo de caixa de R\$9,8 milhões para uma geração de caixa de R\$18,5 milhões.

As variações são decorrentes de celebração de mútuo entre partes relacionadas com o acionista majoritário da BIS Company em relação a aquisição desta empresa.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os diretores da Companhia reportaram que a receita da Companhia é composta por receita derivada do pagamento de assinatura mensal da plataforma Neogrid (para uma descrição das ofertas vide item 7.2 deste Formulário de Referência). Dessa forma, as variações na receita estão relacionadas à variação no valor da mensalidade do uso do software, caso ocorra e à variação dos documentos trafegados pela plataforma Neogrid.

No exercício social corrente e nos últimos três exercícios sociais, as receitas têm variado principalmente em função do crescimento orgânico, que ocorre no curso normal dos negócios da Companhia, como desenvolvimento de novas ofertas, maior taxa de conversão do time de vendas e resultados derivados de campanhas de marketing e em função do crescimento inorgânico, que foi derivado, principalmente, pela aquisição da Accera Sistemas Estratégicos S.A.

As ofertas em que a empresa detém *Integration, Demand Activation e Replenishment*, foram responsáveis por 93,2% da receita operacional líquida da Companhia consolidada no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, enquanto no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 as ofertas foram responsáveis por 88,5% do aumento da receita operacional líquida.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Além da aquisição da Accera, mencionada no item 10.1(h) deste formulário de referência, não existem fatores externos que influenciaram os resultados operacionais da Companhia no exercício social corrente e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017. Para uma discussão detalhada das principais variações percebidas nos resultados, vide item 10.1(h) deste Formulário de Referência.

Os resultados das operações da Companhia foram e continuarão a ser influenciadas por condições macroeconômicas e afetadas por fatores como: (i) taxa de inflação; (ii) valorização ou desvalorização do real (R\$) frente ao dólar (US\$); (iii) crescimento do PIB; (iv) distribuição de renda; (v) taxa de desemprego; (vi) variação real do salário; (vii) disponibilidade de crédito; (viii) taxa de juros; e (ix) grau de confiança dos consumidores.

A Companhia está inserida no segmento de tecnologia para ganho de eficiência dos participantes da cadeia de suprimentos, provendo soluções integradas em ERP's. Nossas operações consistem principalmente em fornecer inteligência para indústria, distribuidores e varejistas. Assim, destacamos os seguintes impactos em nossos resultados operacionais resultantes de fatores macroeconômicos:

- a. taxa de inflação: Para mais informações sobre os impactos da inflação na nossa receita, vide item 10.2(b) e 10.2(c) deste Formulário de Referência.
- b. valorização ou desvalorização do real (R\$) frente ao dólar (US\$): Para mais informações sobre os impactos da variação da taxa de câmbio na nossa receita, vide item 10.2(b) deste Formulário de Referência.
- c. custo dos nossos principais insumos: nossos principais insumos são investimentos em bens de capital (aquisição de equipamentos, hardware e software de fornecedores) e pessoas (funcionários da empresa). Um aumento no custo de tais insumos pode ter um efeito material adverso nas nossas vendas, margens e lucro líquido, caso não consigamos repassar tal aumento para nossos clientes por meio de aumento de preços ou caso tais aumentos causem redução de nossas vendas.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

- d. investimentos em e desenvolvimento de novos produtos: os negócios da Companhia dependem de inovação em novas soluções e tecnologias. Mesmo num cenário de retração econômica, a Companhia tem mantido altos investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

No exercício social corrente e nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, a receita líquida da Companhia foi de, respectivamente, R\$207.099 mil, R\$177.028 mil e R\$163.701 mil representando um crescimento médio ponderado anual de 8,2%.

A receita da Companhia é impactada diretamente por alterações na taxa de inflação, pois grande parte dos contratos da Companhia com seus clientes são indexados a índices de inflação. Os principais impactos nas variações de receitas da Companhia no exercício social corrente e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 são explicados pelo descolamento entre o IGP-M e IPCA, que prejudica a componente de preço no crescimento da receita recorrente, pelas alterações em volumes de vendas e introdução de novos produtos e serviços da Companhia a partir das aquisições ocorridas nesses períodos.

Diversos serviços utilizados pela Companhia têm seus valores reajustados com base na variação do IGP-M e o do IPCA, entre eles a despesa com pessoal (salários, encargos e benefícios), que estão atrelados à variação do IPCA, além de outros gastos, como viagens, comunicação e aluguel, que por sua vez estão atrelados ao IGP-M. Porém, este impacto é atenuado à medida que as receitas recorrentes também são indexadas pela inflação, majoritariamente pelo IGP-M.

A receita operacional líquida da Companhia pode ser afetada pelas mudanças econômicas, principalmente no que tange à taxa de juros de curto e longo prazo, índice de inflação e política cambial brasileira. Historicamente, essas mudanças não têm impactado a Companhia.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

O resultado operacional da Companhia pode ser afetado pelas mudanças econômicas, principalmente no que tange à taxa de juros de curto e longo prazo, índice de inflação e política cambial brasileiras. No entanto, historicamente, essas mudanças têm seu efeito atenuado para Companhia devido à pulverização de sua base instalada de clientes, composta por empresas de praticamente todos os tamanhos e setores da economia brasileira. Diversos serviços utilizados pela Companhia têm seus valores reajustados com base na variação do IGP-M e o do IPCA, entre eles a despesa com pessoal (salários, encargos e benefícios), além de outros gastos, como viagens, comunicação e aluguel, que também são influenciados por estes índices de inflação. Porém, este impacto é atenuado à medida que as receitas recorrentes também são indexadas pela inflação, majoritariamente pelo IGP-M.

A inflação pode impactar direta e indiretamente os custos das ofertas oferecidas pela Companhia, assim como nas suas despesas operacionais. O aumento da inflação poderá impactar negativamente o resultado operacional caso a Companhia não seja capaz de repassar esses aumentos de gastos aos clientes finais por meio do aumento dos preços. Adicionalmente, o aumento da inflação pode levar a uma depreciação do cenário macroeconômico, reduzindo investimentos, prejudicando novos negócios e reduzindo o poder aquisitivo dos clientes finais. Portanto, a depreciação do cenário macroeconômico pode afetar adversamente o resultado operacional da Companhia. A Companhia acredita que consegue repassar pequenas variações nos índices de inflação a seus clientes, sempre buscando, nas negociações com os fornecedores, o menor custo possível, respeitando os princípios da relação comercial.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A variação de preços dos insumos poderá impactar negativamente os resultados operacionais da Companhia se a Companhia não for capaz de repassar os aumentos de custos ao cliente final por meio do aumento dos preços das ofertas que comercializa ou se tal variação causar redução das vendas da Companhia.

A variação das taxas de juros no Brasil pode influenciar de maneira indireta o resultado operacional da Companhia na medida em que uma eventual elevação deste índice pode gerar uma retração dos investimentos em tecnologia realizados pelos clientes e potenciais clientes da Companhia. Assim, não é possível quantificar o real impacto da variação da taxa de juros no resultado operacional da Companhia. Contudo, historicamente, nos períodos de alta da taxa SELIC, a Companhia não deixou de registrar crescimento em vendas.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em ativos de baixo risco e aplicações em instituições financeiras, sem constituir concentração nestas últimas e sempre considerando instituições de primeira linha, e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do CDI. A receita financeira com rendimentos de aplicações financeiras, representou 68,0% da receita financeira da Companhia no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e 24,8% no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 a receita financeira da Companhia com rendimentos de aplicações financeiras representou 48,3% de sua receita financeira, 57,6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e 41,3% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

No exercício social corrente, a companhia possuía empréstimos e financiamentos totais de R\$112.295 mil, atrelados à CDI e IPCA.

A administração da Companhia entende que alterações na taxa de câmbio, na inflação, na taxa de juros de longo prazo (TJLP) ou na taxa de juros não teriam impactos relevante na lucratividade da Companhia, conforme apresentado na análise de sensibilidade com os saldos de 30 de setembro de 2020:

30/09/2020					
Empresas	Saldos em 30/09/2020 (em R\$ mil)	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
		Aumento		25,0%	50,0%
Capital de Giro	R\$ 93.324	CDI + 2,75% a.a.	4,70%	5,88%	7,05%
Despesa Financeira estimada			R\$ 4.388	R\$ 5.487	R\$ 6.579
		Aumento		25,0%	50,0%
Capital de Giro	R\$ 13.075	CDI + 6,8% a.a.	8,83%	11,04%	13,24%
Despesa Financeira estimada			R\$ 1.154	R\$ 1.443	R\$ 1.731
		Aumento		25,0%	50,0%
Financiamentos FINEP atrelados IPCA	R\$ 5.603	IPCA	2,30%	2,88%	3,45%
Despesa Financeira estimada			R\$ 129	R\$ 161	R\$ 193

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas Demonstrações Financeiras

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Nenhum segmento operacional foi introduzido ou alienado no âmbito das atividades da Companhia para o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 ou para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 25 de outubro de 2018, a Neogrid Informática Ltda. ("Neogrid Informática") adquiriu 82,26% de participação no capital social da Accera Sistemas Estratégicos Ltda. ("Accera"), enquanto a Companhia adquiriu os 17,74% restantes do total. A Accera foi uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de São Leopoldo-RS, cujas principais atividades eram de consultoria e assessoria empresarial, desenvolvimento, comercialização e implementação de softwares para gestão da cadeia de suprimentos e demanda. Em agosto de 2019, a Companhia transferiu os 17,74% de sua titularidade para a Neogrid Informática, resultando na incorporação da Accera em 02 de setembro de 2019. O volume pago pela Companhia na transação foi de R\$127,5 milhões.

No mercado interno, com a aquisição da empresa Accera em 2018, os diretores da Companhia entendem que a realização da referida operação de aquisição foi importante para unir as expertises e as plataformas das duas companhias, oferecendo assim mais compreensão (*insights*) e inteligência às empresas conectadas à malha Neogrid. Com isto, potencializamos o apoio às indústrias, varejos e distribuidores com análises avançadas e algoritmos de alta tecnologia. Os diretores da Companhia ressaltam ainda que, no seu entendimento, devido à bem-sucedida integração da Accera, a maioria das sinergias já foram capturadas e a empresa já foi incorporada, reduzindo despesas e viabilizando o aproveitamento de benefícios estruturais e operacionais.

Em 1º de setembro de 2020 a Neogrid Software Ltda. ("Neogrid Software"), sociedade controlada indiretamente pela Companhia, foi incorporada pela Neogrid Informática, sob seu controle direto, ocasião em que a Neogrid Software foi extinta e a Neogrid Informática passou a assumir todos os seus direitos e obrigações.

Os diretores da Companhia entendem que a realização a operação societária descrita no parágrafo anterior foi importante para a definição da segmentação da estrutura operacional da Companhia, levando em consideração a forma com a qual a administração gerencia o negócio. Apesar disso, os diretores da Companhia não identificaram e não esperam nenhum efeito relevante sobre a Companhia.

Para mais informações sobre as operações de constituição, aquisição ou alienação de participação societária com efeitos relevantes para a Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, vide o item 15.7 deste Formulário de Referência.

c. eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 ou nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 que tenham causado ou que se espera que venham a causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou nos resultados da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Em janeiro de 2016, o IASB (*International Account Standards Board*) publicou o IFRS 16, que entrou em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019 (inclusive) e substituiu a IAS 17 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. Sua adoção antecipada, para fins de CPC 06 (R2) não é permitida.

Com a nova norma os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo contratos de locação e, potencialmente, alguns componentes de contratos de prestação de serviço.

As despesas de arrendamento não são mais reconhecidas de forma linear, passando a ser contabilizadas como despesas de juros e amortização.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Em vigor desde 1º de janeiro de 2019, a IFRS 16, refletida no pronunciamento CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil introduz um modelo único de arrendamento, substituindo as normas anteriores de classificação entre arrendamento mercantil operacional e financeiro.

O pronunciamento busca determinar se um contrato contém um acordo de arrendamento ou se é um contrato de serviços. No caso do primeiro, o arrendatário deverá reconhecer os ativos, que devem ser depreciados, bem como os passivos oriundos de um arrendamento.

Um arrendamento é definido como um contrato, ou parte de um contrato, que transmite o direito de usar um ativo (ativo subjacente) por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. Na aplicação da norma, os seguintes requisitos são avaliados:

- A existência de ativo expressamente identificado no contrato ou implicitamente especificado, com identificação quando é disponibilizado para a Companhia;
- A Companhia tem o direito de obter, substancialmente, todos os benefícios econômicos do uso do ativo identificado, ao longo do período contratual;
- A Companhia tem o direito de direcionar o uso do ativo identificado durante todo o prazo do contrato.

A Companhia aplicou o referido pronunciamento utilizando o método retrospectivo modificado, e as informações financeiras comparativas abrangendo esse tema não foram apresentadas.

Todos os contratos vigentes em 1º de janeiro de 2019 com possibilidade de conter um arrendamento, nos termos descritos na norma, foram objeto de avaliação pela Companhia, cujos efeitos nas demonstrações financeiras de 2019 estão reproduzidos a seguir:

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

	Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019
Ativos de direito de uso		
Máquinas e equipamentos	4.201	5.692
Software	762	1.394
Locação de Imóveis	2.695	5.031
	7.658	12.117
Passivos de arrendamentos		
Circulante	3.395	5.366
Não circulante	2.029	4.460
	5.424	9.826

As adições aos ativos de direito de uso durante o período de 2020 totalizaram R\$ 232.

Saldos reconhecidos na demonstração do resultado

A demonstração do resultado inclui os seguintes montantes relacionados a arrendamentos:

Encargo de depreciação e amortização dos ativos de direito de uso (incluído em custos e despesas – encargo total de depreciação)

	30/09/2020
Máquinas e equipamentos	1.616
Software	637
Locação de Imóveis	2.733
	4.986
Despesas com juros (incluídas nas despesas financeiras)	525

c. Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os relatórios dos auditores independentes emitidos para o exercício social corrente e para os exercícios sociais encerrados em 30 de setembro de 2020, 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 não contêm ressalvas ou ênfases e concordam com a opinião expressada nesses relatórios.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 – Políticas contábeis críticas

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Com o intuito de fornecer um entendimento de como são formados o julgamento e estimativas sobre determinados eventos futuros, a Companhia resumiu abaixo as principais práticas contábeis críticas, na opinião de seus Diretores.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre as empresas da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades, conforme descrição a seguir. A Companhia e suas controladas baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A Companhia e suas controladas auferem receita, principalmente advinda de serviços de subscrição e, também dos serviços com a implantação das soluções Neogrid.

As receitas são reconhecidas quando da disponibilização do software ao cliente e; (i) seu valor pode ser mensurado de forma confiável (conforme os termos do contrato); (ii) todas as obrigações de desempenho tenham sido cumpridas; e (iii) é provável que os benefícios econômicos sejam gerados em favor da Companhia.

A receita de subscrição é cobrada mensalmente, sendo que a Companhia oferta suas soluções no modelo SaaS – Software as a Service no qual os clientes acessam a plataforma das soluções Neogrid. A receita de subscrição pode ser precificada de forma fixa ou variável de acordo com métricas acordadas em contratos com os clientes. O valor fixo pela ativação e disponibilização do acesso ao cliente à plataforma das soluções e produtos. O valor variável é acrescido ao valor fixo mensal de acordo com métricas acordadas em contrato, como exemplo, extrapolação a uma quantidade contratada de documentos ou bytes de documentos trafegados no período de 30 (trinta) dias e quantidade de conexões nas soluções. A receita de subscrição é reconhecida mensalmente a partir da evidência da ativação e disponibilização da plataforma de soluções ao cliente. Nos casos de contratos cuja condição comercial de faturamento da receita de subscrição é realizada de forma antecipada, podendo ser anual, trimestral ou semestral, o valor da receita de subscrição é reconhecido mensalmente ao longo do período correspondendo ao faturamento realizado. Para isso, o valor da nota fiscal emitida é estornado da receita e apropriada em conta contábil específica de Serviços a Entregar no passivo circulante quando for inferior a 12 meses, ou no ativo não circulante para as parcelas superiores a 12 (doze) meses.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A receita de serviço de implantação é reconhecida contabilmente à medida da entrega do projeto ao cliente. Se refere aos serviços de configuração das soluções para uso do cliente, de acordo com regras de negócios específica do cliente, sem que para isso seja necessário fazer modificações nas soluções da Companhia. A precificação dos serviços de implantação é formada da seguinte forma:

- i. Valor fixado em tabela de preço: para as soluções cuja configuração que não requer regras de negócios do cliente, sendo o prazo de configurações de curto prazo, não superior a trinta dias.
- ii. Valor fixado estimativas de esforço horas de entrega: para as soluções cuja configuração requer regras de negócios do cliente, sendo o prazo de configuração e implantação entre três a seis meses.

Receitas faturadas que não atingem os critérios de reconhecimento mencionados acima são revertidas em contas redutoras de receita, em contrapartida das contas do passivo circulante (receitas diferidas).

As receitas financeiras abrangem receitas de juros, a qual é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

Perda (*Impairment*) do ágio

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As principais premissas utilizadas pela Companhia na estimativa do valor em uso e sensibilidade são: (i) o resultado operacional, que consiste em receitas operacionais que foram projetadas pela Companhia entre 2020 a 2024, considerando o crescimento agregado da inflação projetada acrescida pelo Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil projetado; (ii) volume de despesas de capital (*Capex*), sendo que as necessidades de investimento em *Capex* foram projetadas em linha com índices históricos e suficientes para suportar o crescimento das operações; (iii) taxa de desconto, que representam a avaliação de riscos no atual mercado, específicos a cada unidade geradora de caixa, levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa (os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados com base na taxa média ponderada do custo de capital (Custos médio ponderado de capital CMPC) de 27,94% ao ano antes de impostos para a unidade geradora de caixa, sendo que um aumento ou redução na taxa de desconto em 1 ponto percentual para cada unidade geradora de caixa resulta em um valor recuperável acima do valor contábil); e (iv) a perpetuidade, sendo as taxas de crescimento nominais utilizadas para extrapolar as projeções em 31 de dezembro de 2019, além do período de 5 anos são de 2,0%, considerado pela Companhia um cenário conversador em relação a parâmetros de outras empresas do segmento de tecnologia (um acréscimo ou decréscimo na taxa de perpetuidade de 1 ponto percentual para a unidade geradora de caixa resulta em um valor recuperável acima do valor contábil).

Imposto de Renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia está sujeita ao imposto sobre a renda em todos os países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses diversos países.

Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Companhia e suas controladas também reconhecem provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

Se o resultado final (nas áreas analisadas) apresentasse uma diferença de 10% em relação às estimativas da administração, a Companhia precisaria:

- (i) Aumentar o passivo de imposto de renda em R\$ 103 mil (R\$ 265 mil em 2018) e o passivo de imposto de renda diferido em R\$253 (R\$114 mil em 2018), no caso de uma diferença desfavorável; ou
- (ii) Reduzir o passivo de imposto de renda em R\$ 103 mil (R\$265 mil em 2018) e o passivo de imposto de renda diferido em R\$ 253 mil (R\$114 mil em 2018), no caso de uma diferença favorável.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferido. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Nos demais países em que a Companhia e suas controladas mantêm operações, as alíquotas representam os seguintes percentuais:

País	Alíquota
Estados Unidos	Alíquota única de 21% em 2019 e 2018;
Holanda	Para o ano de 2019 aplica-se a alíquota de 19% aos primeiros EUR200,000 de lucro tributável (20% aos primeiros EUR250,000 em 2018) e 25% sobre o lucro que exceder EUR200,000 (EUR250,000 em 2018);
Reino Unido	Alíquota única de 19% em 2019 e em 2018;
Japão	A taxa básica de imposto de renda é de 23,2% a partir de abril/2018; para empresas com capital social de até 100milhões de yens a alíquota aplicável é de 15% para os primeiros 8 milhões de yens de lucro tributável;

Os lucros gerados pelas controladas no exterior são adicionados no cálculo do imposto de renda e contribuição social da controladora no Brasil, e o imposto pago no exterior é compensado. Os prejuízos fiscais gerados pelas controladas no exterior são controlados na ECF-Escrituração Contábil Fiscal das controladoras no Brasil para compensação integral, sem limitação percentual, a partir da geração de lucros tributáveis futuros.

Nos exercícios de 2019 e de 2018 não houve imposto de renda e contribuição social devidos no Brasil em decorrência das adições dos lucros apurados pelas controladas no exterior, em função destes terem sido integralmente compensados com prejuízo fiscal gerado no exercício pelas controladoras no Brasil ou com os próprios prejuízos fiscais acumulados; a partir do exercício de 2018 a principal controlada no exterior, Neogrid North America, passou a gerar lucro tributável, integralmente compensado com prejuízos fiscais acumulados.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6 – Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i.arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não aplicável à Companhia, haja vista que não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 e ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

ii.carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não aplicável à Companhia, haja vista que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 e ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

iii.contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não aplicável à Companhia, haja vista que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 e ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

iv.contratos de construção não terminada

Não aplicável à Companhia, haja vista que não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 e ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

v.contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável à Companhia, haja vista que nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, a Companhia não teve itens fora do balanço que tenham, ou possam vir a ter um efeito relevante em sua condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável à Companhia, haja vista que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia do último exercício social e nas informações financeiras referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 que não estejam descritas no item anterior.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7 – Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável à Companhia, haja vista que no último exercício social e no exercício social corrente, a Companhia não teve itens fora do balanço que tenham, ou possam vir a ter um efeito relevante em sua condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável à Companhia, haja vista que no último exercício social e no exercício social corrente, a Companhia não teve itens fora do balanço que tenham, ou possam vir a ter um efeito relevante em sua condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável à Companhia, haja vista que no último exercício social e no exercício social corrente, a Companhia não teve itens fora do balanço que tenham, ou possam vir a ter um efeito relevante em sua condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 – Plano de negócios

a. Investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos da Companhia são direcionados para aumentar a capacidade de negócios da plataforma Neogrid e para expansão dentro do nosso mercado.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, os investimentos na aquisição de ativo imobilizado totalizaram R\$ 3.747 mil. Os gastos com pesquisa e desenvolvimento totalizaram R\$ 20.211 mil e o caixa utilizado nas atividades de investimentos foi de R\$ 4.260 mil no referido período. Já para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os investimentos na aquisição de ativo imobilizado totalizaram R\$ 70 mil. Os gastos com pesquisa e desenvolvimento totalizaram R\$ 31.041 mil e o caixa consumido nas atividades de investimentos foi de R\$ 87.284 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Até o final de 2020 e durante os próximos exercícios sociais, a Companhia continuará a investir no aumento da sua capacidade de negócios da plataforma Neogrid e na expansão dentro do seu mercado.

A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária da seguinte forma:

- 20% dos recursos para investimentos em crescimento orgânico, sendo que o crescimento orgânico da Companhia terá as seguintes principais estratégias:
 - 1- exploração do portfólio da Companhia na base atual de clientes por meio de investimentos em *marketing* para aceleração de *up-sell* e *cross-sell* nos clientes atuais;
 - 2- novas soluções e ofertas de produtos por meio de investimentos em produtos e tecnologia para construção de novas funcionalidades que possam gerar mais monetização nos clientes atuais e também explorar segmentos de negócios atualmente não atendidos pelos produtos atuais;
 - 3- ampliação da participação no mercado (*Market share*) em que atuamos por meio de investimentos em desenvolvimento de produtos e ações *marketing* para buscar clientes que ainda não utilizam soluções Neogrid; e
 - 4- expansão global por meio de investimento na ampliação da atuação comercial e de *marketing* nos escritórios internacionais para ampliação da criação de oportunidades nas regiões fora do Brasil;
- 80% do volume captado para investimentos em crescimento inorgânico por meio de fusões e aquisições, em três estratégias:
 1. consolidação do mercado por meio da aquisição de empresas que atuam no mesmo segmento da Companhia com o objetivo de acelerar a ampliação do seu *market share*;
 2. complementariedade de portfólio por meio de investimento em produtos que complementam e/ou potencializam a plataforma Neogrid, ampliando desta forma a oferta de soluções que a Neogrid entrega ao mercado; e
 3. aquisição de novas tecnologias e capacidades por meio de investimento em recursos ou ferramentas tecnológicos que podem potencializar os produtos individualmente ou ainda a plataforma com o um todo, adicionando inteligência, *know-how*, ou ainda simplificando operações no sentido de ampliar o valor entregue, eficiência operacional e/ou reduzir custos.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

A efetiva aplicação dos recursos captados por meio da Oferta Primária depende de diversos fatores que a Companhia não pode garantir que virão a se concretizar, dentre os quais as condições de mercado então vigentes, e se baseia em suas análises, estimativas e perspectivas atuais sobre eventos futuros e tendências. Alterações nesses e em outros fatores podem obrigar a Companhia a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta Primária quando de sua efetiva utilização. Enquanto os recursos líquidos decorrentes da Oferta Primária não forem efetivamente utilizados, no curso regular dos nossos negócios, estes poderão ser investidos em aplicações financeiras que acreditamos estar dentro de nossa política de investimento, visando à preservação do nosso capital e investimentos com perfil de alta liquidez, tais como títulos de dívida pública e aplicações financeiras de renda fixa contratados ou emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

Caso os recursos líquidos captados pela Companhia por meio da Oferta Primária sejam inferiores à sua estimativa, sua aplicação será reduzida tendo como prioridade o crescimento orgânico da Companhia.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia considerou como fonte de financiamento para esse plano a captação da oferta primária desta operação de oferta inicial. Entendemos que o mercado, as condições de negócios e a companhia estão em momento sinérgicos para essa operação e possibilitarão o rápido crescimento da Companhia.

Outra fonte de financiamento vai ser a própria geração de caixa operacional da Companhia. Não obstante as fontes de financiamento da Companhia terem sido suficientes no passado, os impactos da COVID-19 nas suas operações podem justificar, no futuro, caso os diretores da Companhia julguem pertinente, a utilização de outras fontes de financiamento como o mercado de capitais ou contratar financiamentos com instituições financeiras com as quais a Companhia tem relacionamento para financiar eventuais investimentos e, quando aplicável e possível, linhas de financiamento com taxas de juros e prazos atrativos. A Companhia não descarta utilizar o mercado de capitais como fonte de recursos futura.

Para mais informações sobre a estrutura de capital e fontes de financiamento, vide item 10.1 deste Formulário de Referência.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos em andamento ou previstos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos capazes de influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Desenvolvimento, tecnologia e inovação são atividades críticas da Companhia, visto que esta atua como provedora de softwares, que buscam solucionar problemas e gerar valores por meio da tecnologia. Os investimentos neste sentido direcionam a Companhia a fornecer soluções cada vez mais performáticas e agregam cada vez mais valor aos clientes de suas soluções.

Explorando o potencial da plataforma tecnológica da Companhia baseada em nuvem, as principais iniciativas em andamento são o desenvolvimento: (i) de uma solução para indicadores econômicos em tempo real, e (ii) de um sistema inovador para sincronização de franqueadores e franqueados. Está também dentro da trilha e objetivos de pesquisa da Companhia, explorar o potencial de inserção de produtos financeiros utilizando os dados da cadeia de suprimentos presentes na plataforma Neogrid. A data de divulgação destas pesquisas em andamento é a mesma data deste formulário de referência.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

As despesas com pesquisa e gastos com software totalizaram R\$20.211 mil no período findo em 30 de setembro de 2020, representando uma redução de 13,0% quando comparado com o período findo em 31 de setembro de 2019, quando totalizaram R\$23.245 mil.

As despesas com pesquisa e gastos com software totalizaram R\$31.041 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de 72,0% quando comparado com o exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, quando totalizaram R\$18.051.

As despesas com pesquisa e desenvolvimento (P&D) totalizaram R\$18.051 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, o que representou uma redução de 8,2%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, quando totalizaram R\$19.664 mil.

Maiores detalhes sobre a variação destes saldos podem ser encontrados no tópico 10.1 deste Formulário de Referência.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

As soluções Neogrid ao mesmo tempo que resolvem os desafios da cadeia de suprimentos também permitem o contínuo incremento da maturidade operacional de clientes da Companhia, gerando assim um horizonte evolutivo de seus produtos muito em linha com as oportunidades de vendas geradas por estes processos evolutivos, ou seja, as atuais ofertas da Neogrid podem ser constantemente melhoradas e aperfeiçoadas para novas e antigas necessidades de clientes da Companhia, gerando assim, maior potencial de venda cruzada (*cross-sell*) entre as atuais e as novas ofertas disponíveis na plataforma. Por exemplo, na solução “*Integration*”, as principais melhorias previstas estão na rastreabilidade de pedidos e na integração com as novas tecnologias bancárias. Na solução “*Demand Activation*”, o aprofundamento da análise sobre as categorias de produtos permitirá monitorar melhor o sortimento de produtos, promoções e a elasticidade dos preços de produtos. E finalmente, na solução “*Replenishment*” aplicamos inteligência artificial em eventos sazonais, orçamentação de compras e gestão mais completa do sortimento de produtos. Maiores detalhes sobre as atuais ofertas da Neogrid (“*Integration*”, “*Demand Activation*” e “*Replenishment*”) podem ser encontrados no tópico 7.1 deste Formulário de Referência.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os gastos totais dispendidos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços é igual ao gasto de pesquisa e desenvolvimento de novos produtos ou serviços descritos no item 10.8(c)(ii).

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 – Outros fatores com influência relevante

Efeito de custos não recorrentes relacionados a integração de aquisições:

Em 2018 e 2019 a Companhia incorreu em diversos custos extraordinários (principalmente relacionados a linha de Pessoal, Encargos e Benefícios e Despesas Gerais e Administrativas) relacionados, principalmente, mas não somente, a efeitos de integração da Accera Sistemas Estratégicos S.A., adquirida em outubro de 2018, totalizando R\$ 2.379 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e R\$5.736 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Para mais informações sobre a aquisição, vide itens 10.3 e 15.7 deste Formulário de Referência.

Efeitos da COVID-19:

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a pandemia do novo coronavírus, chamada COVID-19, alertando todos os países a adotarem ações preventivas para conter a disseminação do vírus e o cuidado com os infectados. Assim, muito governos, incluindo o Brasil, adotaram medidas restritivas e de isolamento social, que podem causar efeitos na economia global em virtude da paralisação ou desaceleração de diversos setores produtivos.

No Brasil, em 20 de março de 2020, o Senado aprovou o Decreto Legislativo nº 6, reconhecendo o estado de calamidade pública, com o objetivo de acompanhar e combater a proliferação da doença, protegendo a saúde da população, os empregos e a economia do país. Neste contexto, a Companhia adotou durante o período medidas preventivas e mitigatórias, em linha com os direcionamentos estabelecidos pelas autoridades de saúde no que se refere à (i) segurança de colaboradores da Companhia e partes interessada, diretos e indiretos, (ii) manutenção da estabilidade das operações e (iii) preservação de caixa ao mesmo tempo em que buscamos eficiência financeira e operacional.

Entre as medidas adotadas pela Companhia destacam-se: (i) adoção de nosso Plano de Continuidade de Negócios, e convocação do Comitê de Gestão de Crises que desenvolveu no período e nos meses subsequentes, diversas ações para o seu ecossistema, promovendo a responsabilidade social junto aos colaboradores, aos setores, à sociedade; (ii) adoção imediata e proativa do teletrabalho (*home office*) a partir de 16 de março de 2020, para todos os colaboradores, em todas as unidades, (iii) suspensão das viagens nacionais e internacionais; e (iv) implantação de um Comitê Gestor Financeiro para análise e negociações com clientes e credores, sejam fornecedores, instituições financeiras ou outros.

Além disso, destacamos que a Companhia não adotou no período, medidas de redução salarial e de jornada dos seus colaboradores, nem promoveu reduções de equipes fora do curso normal de suas operações, bem como vem avaliando o retorno gradual e voluntário dos colaboradores aos escritórios, buscando preservar ao máximo a segurança de todos, com base nas orientações dos oficiais de saúde das cidades nas quais possui unidades.

A Companhia avaliou durante a crise, a extensão e a duração das medidas adotadas pelos governos nos países em que a Companhia e suas controladas operam, os possíveis efeitos diretos e indiretos do coronavírus sobre seus negócios, resultados operacionais e condição financeira. Os impactos nos resultados operacionais são considerados, na avaliação da Companhia, imateriais, sendo que, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, a receita operacional da Companhia, quando comparada ao mesmo período em 2019, teve uma redução de 0,4%. Cabe destacar que, dado ao modelo de negócios da Companhia ser Software as a Service - SaaS, 95% da sua receita corresponde à subscrição, ou seja, mensalidade de uso das soluções, gerando um impacto positivo e de estabilidade nas projeções e situação financeira da Companhia.

Além dos itens destacados acima, a Companhia vem monitorando de perto os riscos de liquidez e de crédito e não identificou impacto em suas obrigações (covenants).